

5 *Contra os gramáticos*

5.1 A gramática

Sem a pretensão de fazer um estudo muito aprofundado sobre a história da gramática, o que seria matéria para outra tese, apresentaremos aqui algumas considerações sobre seu nascimento, levando em conta a história do termo *gramática* e a história da prática gramatical, com o objetivo maior de entender quem eram e que trabalho desempenhavam os interlocutores virtuais e reais de *Contra os gramáticos*.¹

O primeiro sentido da palavra *grammatikos* se referia a quem aprendia as letras, quer dizer, a quem era capaz de ler e escrever – em oposição ao *agrammatos*, iletrado. A partir do fim do século IV a.C., ainda que a acepção original persistisse, o termo foi usado em seu sentido adjetivo para designar um professor de leitura e escrita, sendo também um título profissional.

Como a própria definição de gramática não era assunto pacífico, sua origem é controversa. Apesar de possuímos um termo grego que pode ser traduzido hoje como *gramática*, sua identidade contemporânea só será adquirida muito tempo depois da emergência do termo na língua grega. Ainda que a análise das línguas já existisse desde tempos muito remotos na antiguidade, a gramática só conquistará sua autonomia mais tarde, quando ganha o sentido com que a revestimos atualmente. Como veremos com Sexto Empírico, a gramática antiga era dividida em partes – ele particularmente a divide em *técnica*, *histórica* e *especializada* (ou *específica*). É apenas à parte técnica da gramática antiga que corresponde nossa atual gramática.

À luz da pesquisa recente se tem afirmado que é o pensamento gramatical originalmente desenvolvido pela filosofia estóica que constitui a base da gramática *técnica* dos antigos. A influência estóica teria provocado uma elevação no status da parte técnica da gramática antiga: teria sido por influência da lógica estóica que a ênfase

¹ Para um exame minucioso do tema v. ILDEFONSE, Frédérique. *La naissance de la grammaire dans l'Antiquité Grecque*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1997.

nos estudos gramaticais dessa parte migraria da filologia para a pesquisa da linguagem relacionada à lógica (Ildefonse, 1997, p.28).

Vários comentadores contemporâneos buscam organizar uma genealogia das práticas gramaticais, estudo esse complicado uma vez que, como dissemos, a própria concepção de gramática não era única, uniforme (cf. Ildefonse, 1997; Lallot, 1997). Contudo, parecem coincidir na opinião de que são várias as funções das gramáticas, desde seu começo até nossos dias, mas que, até a Idade Média, sua matéria principal era o auxílio para o estudo dos textos literários: um dos objetivos dos letrados ao buscarem o auxílio das gramáticas era obter ali explicações sobre possíveis dificuldades lingüísticas para a interpretação de tais textos. Na antiguidade, o objeto principal do *grammatikos* eram então os poemas homéricos (Ildefonse, 1997, p.23), muito embora, naturalmente, muitos outros aspectos da linguagem desde muito cedo tenham interessado os gregos: lógica, dialética, poética, retórica etc. eram algumas das muitas disciplinas relacionadas à linguagem.

Embora nem sempre se possa isolar com precisão a gramática dessas práticas e disciplinas adjacentes, alguns esboços de genealogia vêm sendo oferecidos. Ildefonse, por exemplo, destaca a evolução de uma “gramática antiga”, que “quase imemorial, existia já antes dos troianos e cujo objetivo era o bem ler”, para uma “gramática nova”, característica da escola alexandrina, “que correspondia à filologia” (1997, p. 13).

Segundo Ildefonse, a *filologia* é então o estudo do qual a gramática mais se aproximava. Pois a gramática abarcava o estudo crítico necessário para se julgar uma obra autêntica, a compreensão hermenêutica, a documentação de dados da História ou de lendas inventadas e, como não poderia deixar de ser, as questões da língua grega. Ou seja, à gramática caberia cobrir qualquer dúvida que pudesse ser suscitada pelo especialista que fazia então as vezes de hermeneuta, historiador e crítico literário. Ele acumulava funções: professores e conservadores da tradição poética, estabeleciam a exegese dos textos literários, bem como sua correção e edição. A língua grega, assim, era amiúde examinada com preocupações filológicas, de modo a servir de instrumento eficaz para se chegar mais profundamente às obras literárias gregas. A gramática dos gramáticos começava a manter, assim, laços intrínsecos com a filologia. Nas palavras resumidoras de Ildefonse:

Constata-se então que a *technè grammatikè* mudou de sentido: da pura e simples competência no conjunto das letras, de ciência dos *gramáticos*, [sentido] do qual

testemunham tanto Platão como Aristóteles, ela se tornou filologia. Dali em diante, devia-se fazer a distinção entre dois tipos de gramática: a antiga e a nova (ou a pequena e a grande), a segunda merecendo o status de arte (1997, p.16).

Maria Helena de Moura Neves atenta para o fato de que a tentativa de se preservar uma pureza da língua grega também se relaciona ao embate de culturas e línguas da época helenística. Assim, a gramática se estabeleceu como arcabouço de regras normativas a serem seguidas para o bem de não se perder a excelência da língua grega. Ao contrário da linguagem ordinária, contaminada de barbarismos, eram as grandes obras literárias que guardavam a língua a ser seguida pelos gregos e imposta aos bárbaros. Daí a importância de tais obras, cuja interpretação e crítica estavam a cargo das gramáticas (2002, p.49).

No século I a.C., a análise lingüística começa a suplantar o interesse meramente filológico de outrora. Seu interesse também passa a cobrir a análise da língua, inclusive aí seus elementos. A frase é objeto de estudo gramatical. É bem verdade que esse era também o objeto da dialética e da retórica. Entretanto, adverte Ildefonse, ainda que dialética, retórica e gramática compartilhassem o mesmo objeto de estudo, não dividiam o mesmo fim. Enquanto a dialética visava a verdade e a retórica a persuasão, a gramática vislumbrava a compreensão da frase, quer dizer, o que e como a frase significa – que partes da frase a revestem de significação, por exemplo (Ildefonse, 1997, p.25). As três disciplinas eram apresentadas como parte da arte lógica (arte do discurso).

Como dissemos, a filosofia estóica marcou profundamente os estudos gramaticais, de modo que aquilo que se considera *gramática* desde a antiguidade tardia deveria em muito suas origens à filosofia estóica, embrião de muitos estudos que perdurarão até nossos dias. Reproduzimos o seguinte trecho de Diógenes Laércio, para melhor compreendermos que lugar a linguagem ocupava na filosofia estóica:

Os estóicos dividem a filosofia em três partes: física, ética e lógica. (...) [Da] lógica, alguns a dividem em retórica e dialética, outros somam certa espécie determinada que diz respeito às regras e aos julgamentos, e outros suprimem essa divisão. (...) A dialética se subdivide em duas partes, uma que concerne ao conteúdo do pensamento [o que podemos chamar contemporaneamente de *significado*], outra à expressão do pensamento pela linguagem [o que se aproximaria ao que chamamos hoje de *significante*]. A primeira parte, que trata do conteúdo do pensamento, se subdivide em capítulos sobre as noções, os julgamentos permanentes e absolutos, os predicados, os verbos ativos e passivos, os gêneros e as espécies e ainda os conceitos, os modos, os silogismos e os sofismas sobre as palavras ou as coisas, tais como os raciocínios falsos, especiais ou negativos, os sorites e os raciocínios truncados, ambíguos, tendenciosos, confusos, extravagantes, sutis ou capciosos. A segunda parte da dialética concerne não mais ao conteúdo do pensamento, mas à expressão do pensamento pela linguagem. Ela

trata da linguagem figurada, das partes do discurso, do solecismo, do barbarismo, das ficções, dos equívocos, da melodia, do canto, das definições, das divisões e da dicção (D.L. VII.41-43).

A influência da filosofia estóica nos estudos da linguagem realmente não foi pouca. Não à toa, ela é uma espécie de divisor de águas na genealogia da gramática que F. Desbordes (1982) nos oferece. Desbordes é da opinião de que a antiga *grammatikè*, que cuidava da representação e constituição dos textos poéticos, teria sido construída a partir do esfacelamento da dialética estóica. Assim, enquanto a dialética estóica tinha sua preocupação maior com a forma e correção do pensamento – e, importante para nós, sua expressão no discurso –, a gramática se limitou a buscar estabelecer a interpretação correta dos textos clássicos. Diz Desbordes:

A despeito de esforços como os de Crates [de Malos, filósofo estóico], que queria manter um estudo unitário de todo *lógos* (...), a separação foi completa: de um lado o estudo das palavras, consideradas como unidades pertinentes dos textos, pertencentes à gramática; de outro, o estudo das proposições, no que se refere ao seu valor de verdade, pertencente ao domínio da lógica (1982, p.66).²

Quando se chega ao século II d.C, era que foi também a de Sexto Empírico, a gramática já goza de certa tradição. Agora a disciplina ganha maturação depois de três séculos de estudo dos maiores sábios da época, então na Alexandria. A gramática alexandrina é assim composta pela filologia, como acabamos de ver, em junção com a filosofia. Essa então seria a nova reviravolta sofrida pela gramática ocidental: a teoria sobre as *partes do discurso* (*lógos*), que abrem um novo caminho – nomes-sujeitos e verbos-predicados, as frases, é que são sujeitas à atribuição de valores de verdade, não os nomes (as palavras) (Lallot, 1997; Gambará, s/d). E a gramática, querendo investigar os *atos da língua*, estuda as partes do discurso enquanto *classes de palavras* (Neves, 2002, p.51).

Embora fosse difícil confundir gramáticos e filósofos no período helenístico, não havia uma separação tão estrita entre suas preocupações. Assim, os estudos gramaticais antigos geraram não só idéias, como termos filosóficos.³

Uma das heranças legadas pelos estóicos aos estudos gramaticais reside na teoria da linguagem como fenômeno repleto de *anomalias*. Os estóicos admitiam a existência

² Veremos mais adiante que, contrariamente a esse desejo de união de Crates testemunhado por Desbordes, Sexto Empírico diz que Crates diferenciava o crítico (especialista da lógica) do gramático (mais próximo de um hermeneuta) (M I 79).

³ Caso da teoria estóica da pontuação, que foi elaborada visando a lógica.

de criadores-de-nomes de vários povos, que possuíam a linguagem da razão natural do mundo. As primeiras palavras criadas por eles expressavam a natureza das coisas que nomeavam. Todavia, com o passar do tempo, as palavras teriam se distanciado mais e mais da razão natural do mundo, afetando a correspondência entre nome e coisa por fatores como sinonímia, ambigüidade e *anomalía*. Esta última, para os estóicos, significava que a forma das palavras não correspondia às coisas que elas significavam. E, para a lógica estóica, era necessário que houvesse uma relação direta entre a forma e o significado de uma expressão lingüística. Como essa relação é perturbada em muitos casos, há anomalias.

Para Crates, a observação do uso lingüístico comum mostra que não há em princípio nenhuma regularidade na estrutura da língua – no caso, do grego (e em especial não na sua morfologia). Assim, para se saber qual a forma correta a ser empregada é preciso observar qual é a forma (irregular) usada. Com isso, não haveria regras aplicáveis ao estudo do grego – sob esse ângulo, os fenômenos lingüísticos aparentemente regulares seriam fruto de meras coincidências. Também Crisipo, o “segundo fundador” da escola estóica (281/77-208/4 a.C.), escreveu sobre *anomalía* se referindo a situações em que as formas das palavras não correspondiam mais aos seus significados ou às suas funções lógicas.

Esse teria sido um debate em que, do outro lado, estariam os defensores de que os aspectos das línguas observavam a lei da *analogía*. Estes eram os seguidores de Aristarco de Samotrácia, os filólogos alexandrinos. A idéia defendida por gramáticos como Apolônio Díscolo era de que havia uma língua original e ordenada que, por analogia, poderia ter suas regras a descoberto. Entretanto, essa língua teria se corrompido com o passar do tempo. A analogia, por seu turno, poderia informar o dialeto (se algum) que teria preservado o ordenamento primordial, bem como os desvios que a língua original teria sofrido. Os líderes das escolas discordantes eram tidos como inimigos.

Porém, desafiando a visão mais hegemônica sobre a história da gramática antiga, D. Blank tem sustentado que tal debate nunca teria de fato ocorrido: a disputa sobre a oposição analogia/anomalía teria sido mal interpretada pelos escolásticos devido, por sua vez, a uma má apresentação dos casos de analogia e anomalía por Varrão.⁴ Varrão (116-27 a.C.) é a única fonte para o reconhecimento da *anomalía* como um princípio

⁴ Blank é autor de uma importante exegese sobre *Contra os gramáticos* e, por isso, ocupará um lugar de destaque neste capítulo.

geral da linguagem, conforme observado em seu *De lingua Latina*, ao se tratar da relação entre analogia e uso na prática (Blank, 1998, p.224, 254). Pelo modo como Varrão apresentou as duas correntes, a rixa parecia ser entre uma explicação *racionalista* ou *empirista* de gramática, isto é, entre uma explicação gramatical teórica e uma explicação gramatical não-teórica, cuja normatização seguisse a observação do uso comum. A má apresentação de Varrão, assim, decorreria do fato de que o debate em torno da analogia ou anomalia não era uma questão lingüística, mas filosófica, lógica. A anomalia jamais teria sido tomada como um princípio constitutivo da linguagem, como Varrão (e só ele) afirma. Varrão parece ter simplificado bastante o problema, ao dizer que “Quando Crisipo alude à consistência da linguagem, seu propósito é mostrar que coisas semelhantes são designadas com palavras distintas e que coisas distintas são designadas com palavras iguais” (*De lingua Latina* IX.1). Ele desconsidera a preocupação filosófica que fundamenta as duas escolas, o que, para Blank, constitui o principal problema nas explicações mais comuns da história gramatical – o de serem elas contadas de forma totalmente divorciada do pensamento filosófico (1994, p.151).

Aparentemente, Sexto Empírico seria o único autor grego a usar, em uma passagem de seus escritos, *anomalia* no sentido de Varrão, isto é, de “desvio da regularidade flexional” – apesar de que, de resto, Sexto use a palavra no sentido estóico de Crisipo (Blank, 1994, p.152). A passagem em questão é a seguinte:

Esses mesmos pontos devem ser trazidos contra os nomes singular e plural também. Por exemplo, Atenas, uma só cidade, é dita no plural (...), e por outro lado há Teba singular e Tebas plural (...). Mas a anomalia nesses casos vai ser formulada de forma mais precisa posteriormente na investigação (M I 154).

A proposta de Sexto Empírico, como insistiremos mais adiante, é que a observação do uso comum (*parateresis tes sunetheias*) dita a correção. De forma que Sexto recusa a especialidade da analogia, porque os seguidores dessa arte pesquisam formas do grego com o objetivo de estabelecer regularidades entre palavras similares.

Um dos argumentos críticos de Sexto Empírico repousa no grau de exatidão e completude que os gramáticos reivindicam para seus métodos analógicos – de fato, o ideal de completude foi corrente no pensamento gramatical antigo.⁵ A universalidade da analogia era importante para os gramáticos, uma vez que sua pretensa utilidade estaria

⁵ Se bem que o problema da exatidão não é exclusivo de *Contra os gramáticos*, mas volta em outros tratados, como em *Contra os astrólogos* (p.ex. M V 64, 69).

em fornecer respostas que a mera observação era incapaz de dar. Essa universalidade, propunham os defensores da analogia, estaria nas regras que governam o sistema gramatical. Como será visto, Sexto Empírico discordava que a analogia dos gramáticos tivesse alguma coisa a nos ensinar: para se falar grego, bastava observar. As regras gramaticais eram inúteis e a gramática não poderia ser considerada uma arte – o que desqualificava seus interlocutores, os gramáticos, como especialistas que se julgavam ser.

Technè Grammatikè, de Dionísio Trácio, parece ser o mais antigo livro que tratou sistematicamente da gramática grega.⁶ Trata-se de um livro breve, cuja ausência de prefácio foi suprida pelos comentadores no fim da antiguidade. Ele impôs como que um modelo de tratado gramatical, de maneira tão definitiva e por tanto tempo que, ainda hoje, seus traços podem ser reconhecidos em gramáticas contemporâneas ocidentais, tendo influenciado toda a tradição da nossa gramática (Neves, 2002, p.51-60). Algumas afirmações de Dionísio têm paralelo com os debates que Sexto Empírico, como fonte de diferentes correntes filosóficas antigas, reproduz no seu tratado, como o debate em torno da definição de arte e das partes da gramática, além da discussão sobre o próprio nome *gramática*. Segundo explicitação de Neves:

Dionísio indica como prática da gramática: leitura praticada segundo as regras da prosódia; explicação dos poetas segundo os tropos que neles aparecem; explicação natural dos fatos lingüísticos e históricos; investigação etimológica; exposição da analogia; julgamento das obras (Neves, 2002, p.52).

Dada a aproximação com as questões debatidas por Sexto, Blank acredita que *Contra os gramáticos* seja uma espécie de antítese, uma *Anti-arte da gramática*, com o objetivo de destruir o livro de Dionísio linha por linha, seguindo um caminho destrutivo pela mesma trilha em que este teria sido construído (1998, p.108-9). Ainda que Blank sustente essa idéia de um ataque deliberado ao tratado gramatical de Dionísio por parte de Sexto Empírico, é provável que muitos assuntos expostos pelo pirrônico em *Contra os gramáticos* fossem populares – como é o caso da ortografia, tema de que muitos autores já haviam tratado antes dele, incluindo-se aí o próprio Dionísio Trácio. Também o helenismo (*pureza* lingüística e correção do idioma grego) foi objeto de numerosos

⁶ Dionísio Trácio nasceu em Bizâncio e estudou na Alexandria, entre aproximadamente 170 e 90 a.C. Discípulo direto de Aristarco, foi intérprete de Homero, seguindo os passos de seu mentor (Lallot, 1997, p.15, nota14; cf. Neves, 2002).

tratados que, infelizmente, só chegaram até nós em fragmentos (Blank, 1998, p.197-203).

Duzentos anos separam Dionísio Trácio de Apolônio Díscolo, o autor mais importante da Alexandria. De acordo com Neves, essa importância repousa principalmente no tratamento que ele deu à sintaxe, colocando-a como ponto central da análise lingüística, atitude inédita até então (2002, p.63 e 69). Por que ele não é citado por Sexto em *Contra os gramáticos* é uma questão no mínimo intrigante. Para alguns autores, simplesmente ele teria sido um gramático que viveu uma ou duas gerações depois de Sexto Empírico – e isso poria fim ao enigma. Já outros dizem que, a despeito do embaraço de estabelecer uma data de florescimento de Sexto e em situá-lo geograficamente, pode-se pensar que ele teria escrito “depois do grande desdobramento da atividade teórica do gramático Apolônio Díscolo em Alexandria e do sucesso de seu filho (...), presente em Roma sob o governo de Marco Aurélio”. O que manteria o mistério. Talvez uma resposta esteja na informação fornecida por C. Dalimier, de que esses dois gramáticos, Apolônio Díscolo e seu filho, não teriam sido censores dogmáticos. Com isso, distanciando-se da tradição helenística, o sistema de Apolônio levaria em conta o uso comum, percepção reforçada pelo fato de que, em sua obra, a palavra helenismo só aparece três vezes, sendo que uma delas é uma citação de Aristarco (cf. Dalimier, 1991). Neves também afirma que Apolônio Díscolo não descuidou, apesar do tratamento lógico que marcou seus estudos gramaticais, do uso (2002, p.75). Outra pista fornecida por ela, ainda que involuntariamente, é que:

[Apolônio Díscolo] não se arriscou nas controvérsias que buscavam a origem da linguagem (naturalismo ou convencionalismo) e as relações entre linguagem e pensamento (analogia ou anomalia). Nem mesmo buscou definir a natureza da gramática (ciência ou arte), questão à qual filósofos e gramáticos se tinham dedicado (2002, p.69).

Outra possibilidade, dessa vez aventada por E. Krentz, é a de que as terminologias utilizadas por Sexto Empírico deixariam transparecer suas preocupações filosóficas – mais que gramaticais. As terminologias utilizadas por Sexto não seriam aquelas dos gramáticos seus contemporâneos, mas das escolas filosóficas que ele buscava combater. Contudo, o próprio Krentz reconhece que, apesar desse uso terminológico, o pirrônico se dirigiu nominalmente contra alguns *gramáticos* – tais como Dionísio Trácio, Asclepiades, Crates etc. (cf. Krentz, 1962).

Independentemente desse debate, a afirmação de Filodemo de que ninguém se torna sábio sem saber as letras, mas que também ninguém é necessariamente sábio por tê-las aprendido, iniciou uma tradição de desconfiança sobre as afirmações que relacionavam letras e sabedoria (Blank, 1998, p.110-122).

Críticas aos gramáticos não eram incomuns: eles não formavam, por assim dizer, um segmento amado da sociedade. Diz-se do fundador do movimento cínico, Diógenes de Sínope, que ele teria ironizado os gramáticos por serem conhecedores dos problemas de Ulisses, mas ignorantes de seus próprios. Também Bion Borysthenites acusava os gramáticos de tentarem resolver problemas sem utilidade, como os desejos de Ulisses (Blank, 1998, p.XXVIII-XXIX).

Como veremos neste capítulo, essas críticas, em Sexto, ganham contorno forte e profundo. Conforme salienta Desbordes (1982), Sexto nega qualquer possibilidade de uma ciência da linguagem. Segundo ela, não é nem o caso de uma crítica que tenha por fim melhorá-la, mas tão somente de rejeitar seu estabelecimento como arte – apenas em seu ataque contra os astrólogos se verá um Sexto igualmente intolerante.

Este capítulo tem por objetivo a análise detida de *Contra os gramáticos*. Sua estrutura geral incluirá a apresentação de aspectos relevantes do tratado de Sexto Empírico, acrescida de nossos comentários críticos e analíticos. Começaremos por fazer uma consideração preliminar sobre questões ligadas à tradução do termo *technê* (seção 5.2), com o intuito de clarificar o porquê da recusa de Sexto em considerar a gramática uma *especialidade*, uma *arte*. Depois, apresentaremos e discutiremos a introdução geral de Sexto Empírico em sua investida *Contra os professores* (seção 5.3) e consideraremos suas ponderações iniciais sobre o tipo de gramática que constitui o objeto de sua crítica (seção 5.4). A partir daí, analisaremos *Contra os gramáticos* associando passagens que levantem questões comuns. Veremos então a argumentação de Sexto Empírico em favor da irredutibilidade do uso lingüístico – a afirmação de sua infinitude e multiplicidade; a oposição do pirrônico à analogia (e, por outro lado, sua defesa ao uso comum); a crítica sextiana à idéia dos gramáticos de uma racionalidade intrínseca à linguagem; a recusa do cético à possibilidade de se fazer metalinguagem (ao mesmo tempo em que deve admitir *alguma* metalinguagem imprescindível para a leitura e a escrita). Por fim, tentaremos esboçar respostas às perguntas desta tese, quais sejam: (i) Que perspectiva(s) de linguagem informa(m) os argumentos de Sexto Empírico em seu tratado *Contra os*

gramáticos?; e (ii) Sob que aspectos da linguagem a dúvida cética recai em *Contra os gramáticos?*

5.2 Sobre a tradução de *technê*

Tekhnikós: autor cujas obras eram especificamente *técnicas* – personagem mais importante para nós quando considerado em oposição ao *grammatikos*, que podia se referir tanto ao feitor de tais tratados quanto àquele que se limitava a fazer comentários filológicos (Lallot, 1997, p.17).

Como já se disse, os seis primeiros livros de *Contra os professores* atacavam respectivamente a gramática, a retórica, a geometria, a aritmética, a astrologia e a música. Esses estudos liberais (mas não só esses) eram chamados *technai*. O termo *technê* recebe tradicionalmente as traduções *arte*, *capacidade* ou *habilidade*.⁷ É importante ter em mente no que se segue, no entanto, que a dificuldade de tradução do termo *technê* deve-se, entre outras coisas, à sua própria polissemia no mundo grego, ao fato de que ele recebeu várias definições por diferentes escolas filosóficas.

O status da gramática é uma importante questão discutida pelos letrados: arte (*technê*) ou conhecimento empírico (*empeiria*)? Trata-se de uma oposição antiga, encontrada, entre outras, nas obras de Platão e Aristóteles (em que *República* e *Metafísica*, respectivamente, são exemplos).

Há uma passagem em Sexto Empírico em que ele parece se valer de uma equivalência dos dois termos, isto é, ele parece reduzir a zero essa oposição:

Ptolomeu, o peripatético, faz esta objeção [a Dionísio Trácio]: [Dionísio] não deveria ter dito que a gramática é um conhecimento empírico (*empeiria*), pois o conhecimento empírico é um tipo de saber não-técnico e não racional, que consiste na mera observação associada a uma preparação, enquanto que a gramática tem status de arte (*technê*). Mas Ptolomeu não vê que a expressão “conhecimento empírico” se aplica também à arte, como mostramos em nosso *Tratados empíricos*. Na linguagem comum, diz-se indiscriminadamente das mesmas pessoas que elas são experientes e especialistas. Foi também a partir dessa concepção de “conhecimento empírico” que Metrodoro disse que nenhum conhecimento empírico das realidades – quer dizer, nenhuma arte – examina seu próprio objetivo, exceto a filosofia. O termo é aplicado

⁷ Blank preferiu traduzir por *expertise* [especialidade] (v. Blank, 1998, p.LV-LVI). *Ars* é a tradução latina para a *technê* grega.

especialmente ao conhecimento das coisas abundantes e variadas, como dizemos das pessoas idosas que muito viram e ouviram que são experientes na vida (M I 60-62).⁸

Como veremos em seguida, a questão sobre se a gramática pode ou não ser considerada uma arte freqüente com bastante assiduidade as páginas de *Contra os gramáticos*. Assim, importa para nós sabermos o que exatamente Sexto entendia por *arte* – para, dessa maneira, entendermos contra que concepção de gramática ele estava se voltando. Pode-se dizer que o problema primordial para Sexto Empírico era saber a qual status epistemológico, afinal, a gramática responderia. De modo que além da confrontação possível entre *technê* e *empeiria*, havia outra, também crucial para circunstanciar o nosso estudo: a oposição entre *technê* e *epistêmê*.

Vamos explorar por ora esse outro binômio, *technê/epistêmê* para, com isso, enriquecer nosso inventário sobre as *technai*. Richard Parry, em artigo intitulado “Epistêmê and technê” (2003), contrasta essas duas expressões, mostrando como suas diferentes traduções podem nos levar inadequadamente a pensar a diferença entre os dois conceitos em termos de nossa atual distinção entre teoria e prática, como domínios isolados, opondo-se *epistêmê*, palavra freqüentemente traduzida como *conhecimento*, a *technê*, expressão que, como já foi dito, se traduz amiúde por *habilidade* ou *capacidade*, *arte*. Para Parry, ao contrário:

A relação entre *epistêmê* e *technê* na filosofia antiga oferece um contraste interessante com as nossas atuais visões sobre a teoria (como conhecimento puro) e a prática (como algo baseado na experiência). Há entre *epistêmê* e *technê* uma relação íntima e positiva, tanto quanto um contraste fundamental (2003, p. 1).

Teoria e prática nascem, assim, enlaçadas. Seria, para Parry, em Aristóteles que encontraríamos a base para alguma coisa parecida com o que temos hoje; mesmo ali, no entanto, a *epistêmê* não seria totalmente desvinculada da prática, mas uma espécie de prática baseada em uma *explicação* – o que envolve certo conhecimento teórico.

O pensamento platônico ilustra bem, para Parry, a ambivalência envolvida no conceito de *technê*. Platão fez uma distinção entre *technê* e *empeiria* que influenciou os debates sobre a matéria até o fim da antiguidade. Em Platão, *technê* conhece razões, causas e naturezas, enquanto *empeiria* é irracional, só pode adivinhar. De acordo com Parry, os termos *technê* e *epistêmê* parecem por vezes intercambiáveis para quem se

⁸ É interessante notarmos desde já como o pirrônico utiliza a linguagem comum, usada na vida comum, como exemplo de bom uso das expressões lingüísticas.

aventura nos diálogos socráticos. Entretanto, ele acredita haver uma separação entre esses dois termos no contexto da filosofia platônica:

Enquanto ‘*epistêmê*’ é uma palavra geral para conhecimento – correlacionada com o verbo geral para conhecimento, *eidenai* –, em alguns contextos o termo ‘*epistêmê*’ é empregado de forma mais específica. Algumas vezes significa saber como fazer alguma coisa de uma maneira habilidosa e outras vezes significa um tipo de entendimento. O conhecimento habilidoso é denominado ‘*technê*’, termo correlacionado com o verbo ‘*epistasthai*’ (...). Contudo, a *epistêmê* associada com habilidades significa mais do que simplesmente saber como fazer certas atividades (2003, p.2).

Não obstante, no *Teeteto* o conhecimento das formas aparece como um fim em si mesmo, de maneira que a noção de conhecimento como *pura teoria* começa a surgir nos diálogos, encontrando-se no livro V da *República* a passagem que define para muitos estudiosos o que seria *epistêmê* em Platão. Assim, conhecimento (*epistêmê*) seria a habilidade de se conhecer o real (as formas) tal como é (477b), embora ainda tenha, na condição de habilidade, ligação com a *technê*. Segundo Parry, o fato de a dialética ser comparada por Platão a uma *technê* sugeriria a existência de uma distinção entre *technai* teóricas e práticas. De fato, no *Sofista* vemos que o conhecimento prático produz algo em separado da própria *technê* – como é o caso da carpintaria –, estabelecendo-se assim um meio-termo entre o puramente teórico e o totalmente prático (Parry, 2003, p.3).

Pode-se dizer que os construtores de um barco tiveram sucesso na sua empreitada ou que um grupo de caçadores teve insucesso ao tentar capturar uma raposa. Mas será *verdadeira* ou *falsa* a qualificação utilizada para se explicar verbalmente como eles chegarão ou não ao sucesso.

Além de manifestar-se no interior mesmo do pensamento seminal de Platão, a equivocidade do termo *technê* no mundo grego fica clara se observamos o modo como outras escolas filosóficas o tomaram.

Muitas delas viram na utilidade para a vida prática um critério de identidade para as *technai*. Os sofistas, por exemplo, criticavam a pretensa tecnicidade de alguns estudos, o que permite inferir as exigências que faziam para considerarem determinado campo de atuação uma *technê*: ter um objetivo próprio e alcançável; ser útil; estabelecer o que considera certo e errado (cf. Blank, 1998, p.XX). Os epicuristas acreditavam igualmente que as *technai* deveriam ter alguma utilidade para a vida, mas negavam-lhe qualquer alcance teórico. A definição estoíca de *technê* também enfatiza a questão da utilidade, quando afirma que é “um sistema de cognições co-exercidas na direção de

algum objetivo útil para a vida” (*apud* Blank, 1998, p.103). Também era o caso de se considerarem diferentes tipos de artes, como faziam os escolásticos, que diferenciavam as *technai* em: teóricas, práticas, poéticas e mistas. Considerando que a gramática é tanto teórica como prática, ela, da mesma forma que a medicina, era tida por eles como uma arte mista. Outra divisão possível da arte em geral a cindia em *lógica e prática*, de acordo com testemunho colhido por Ildelfonse. Essa arte lógica, por sua vez, ainda se subdividiria em *gramática, retórica e medicina* (Ildelfonse, 1997, p.24).

A ambivalência entre aproximação e contraste que caracteriza as relações entre os termos *technê* e *epistêmê* não deve deixar à sombra, no entanto, o fato de que as *technai* foram recorrentemente julgadas como um tipo de saber “inferior” no mundo grego. Os estóicos, por exemplo, admitiam que o não sábio tivesse algum conhecimento, mas ressaltavam que este tipo de saber, *technê*, se mostraria *fraco* diante daquilo que era alcançado pelos sábios, um saber sistematizado num conhecimento científico, *epistêmê*. A discriminação estóica das *technai* frente a *epistêmê* não era exclusividade deles. Os filósofos platônicos também as atacavam, considerando-as algo menor diante da filosofia. O mesmo desprezo pelas *technai* sentia Epicuro, cuja hostilidade a elas era lendária. Os epicuristas foram bastante influentes na investida de Sexto Empírico contra os especialistas dos estudos liberais, tanto assim que os ataques de Sexto eram estruturados com base em argumentos de origem epicurista (Blank, 1998, p.XXX e 103).

Seguindo os passos dos epicuristas, Sexto aceita as modalidades práticas dessas *technai*, enquanto rejeita suas formas teóricas. A concepção de especialidade para Sexto é aquela que leva em conta a *observação* (M VIII 291). Para os céticos, seguir uma *technê* deve ser simplesmente observar suas regras e instruções, sem acreditar que tais regras façam parte da *natureza das coisas*, que sejam *certas*. Uma das “regras da vida” pirrônica é, com efeito, “a instrução das *technai*” (PH I 23), apesar da reputada hostilidade de Pirro frente a elas (cf. DL IX).⁹

Sexto emprega *technê* para se referir a um tipo de disciplina ou prática baseada em regras e num conjunto de conhecimento. Blank organizou um rol resumidor do que seriam os requisitos céticos para as *technai*: utilidade para a vida comum (M I 49; M II 49); julgamento de acordo com seus resultados práticos (M XI 188); origem na observação dos fenômenos (M I 55); constância nas reações dos especialistas frente a

⁹ Um debate sobre essa questão na especialidade da medicina produziu uma espécie de *empirismo médico*, conforme visto anteriormente.

certas situações (M XI 67); não configuração de um corpo doutrinal (M VIII 270).¹⁰ De fato, ao longo de seus tratados Sexto oferece pistas do que seria uma especialidade para o pirrônico, como na crítica a Ptolomeu (100-178), que vimos logo acima, em que o cético afirma que este não teria percebido que “‘experiência’ é um nome também aplicado para especialidade” (M I 61) – ponto ao qual ainda outra vez retornaremos mais adiante, quando analisarmos as diferentes definições de gramática elencadas em *Contra os gramáticos*.

De tudo o que se viu aqui, percebe-se que a discussão em torno do termo *technê* toca no problema que mais nos interessa neste trabalho. Considerando-se que o termo é utilizado em referência à gramática, as variações no modo como ele é concebido e traduzido têm influência na percepção do alcance e da importância dos estudos da linguagem – para Sexto, na medida em que não considerava que a gramática fosse uma *technê*, mas experiência, observação; para esta tese, uma vez que fornece pistas sobre o status do nosso objeto de estudo. Considerando-se as possibilidades de tradução do termo *technê*, preferimos usar os termos *arte* e *especialidade* de forma intercambiável quando estivermos falando das *technai*.

5.3 Contra os professores dos estudos liberais

Sexto Empírico diz que há argumentos gerais e particulares para se criticar cada um dos estudos liberais. Na pequena introdução que abre o tratado, ele formula os argumentos gerais – os particulares serão aqueles desenvolvidos quando ele vier a tratar de cada especialidade em separado. De maneira geral, como já se antecipou, Sexto diz que o ensino de tais estudos é *inútil*, uma vez que estes buscam a verdade, mas, ao fazê-lo, apoiando-se em algum argumento, sempre encontram algum contra-argumento, de maneira a não mais se saber qual dos dois é o verdadeiro, só restando como alternativa a suspensão do juízo.

Sexto começa sua oposição geral aos professores contrastando dois grupos de filósofos que já tinham feito esse ataque anteriormente: epicuristas e pirrônicos. Esse contraste, no entanto, deve-se menos ao método ou conteúdo de seus ataques do que à motivação desses filósofos. Isso quer dizer que, embora ambas as correntes já tivessem

¹⁰ Sexto Empírico então rende elogios às especialidades (*téchnai*) que são úteis à vida: “Pois que a finalidade de toda especialidade seja a utilidade para a vida é óbvio” (*Contra os gramáticos* § 50).

refutado os representantes dos estudos liberais, não o fizeram por uma mesma razão (M I 1-7). Epicuro declarou guerra aos estudos liberais alegando que não são úteis para se chegar à sabedoria, enquanto que o ataque pirrônico sublinha que os estudos liberais causam a mesma experiência que toda a filosofia já tinha causado:

Assim como eles [os pirrônicos] tinham se aproximado da filosofia desejando alcançar a verdade, mas quando foram confrontados com uma batalha de iguais e com a irregularidade das coisas, suspenderam o juízo, do mesmo modo eles foram com a intenção de compreender os estudos liberais e procuraram aprender a verdade aqui também e, quando descobriram igualmente problemas difíceis, eles não os esconderam (M I 7).

Essa introdução geral dirigida a todos os professores segue a mesma linha de raciocínio das *Hipotiposes pirrônicas*. Começa por propor que, se existe um assunto a ser aprendido, então quatro coisas devem *existir*, quais sejam, *a matéria a ser ensinada, o professor, o aluno e o método de ensino*. Questiona em seguida a existência de cada um deles (M I 1-40).

Com relação à *matéria a ser ensinada*, Sexto estabelece duas opções: ou o que existe é ensinado na medida em que existe, ou o que não existe é ensinado na medida em que não existe (M I 10). Contudo, nenhum dos dois casos se mostra, para ele, verdadeiro. O que é ensinado é aprendido pela produção de uma impressão no aprendiz – como o que não existe é incapaz de produzir uma impressão, então não pode ser aprendido (M I 12). O que existe também não pode ser ensinado porque as coisas existentes são evidentes para todos (M I 14). Sendo igualmente evidentes para todos, não são passíveis de ensinamento – o que existe não pode ser ensinado porque existe.

Mas, ainda quanto ao assunto ensinado, diz Sexto Empírico que ou *algo* é ensinado ou *não-algo* é ensinado. Se *não-algo* for ensinado ele será algo – na medida em que é ensinado –; dessa maneira, diz Sexto, a mesma coisa será, ao mesmo tempo, algo e não-algo, o que é impossível (M I 15). Apreende-se disso que também é uma falácia dizer que *algo* pode ser ensinado: “Já que algo é ensinado porque é algo, nada será não-ensinado; donde se segue que nada pode ser ensinado” (M I 16).

Marca retórica presente também nas *Hipotiposes*, Sexto Empírico recorre ao hipotético “Vamos supor que...” para, uma vez mais, confirmar sua afirmação. É assim que, embora ele já tenha dito que não é possível se ensinar algo, levanta a hipótese de que alguma coisa pudesse ser ensinada para continuar a discussão. Sexto segue investigando as possibilidades de a matéria a ser ensinada ser *corpórea* ou *incorpórea* e

verdadeira ou *falsa*, acabando por demonstrar que nenhuma dessas possibilidades se sustenta. Por fim, Sexto diz que, se uma coisa é ensinada, ela é ou parte de uma *arte* ou não. Ele afirma que uma coisa não pode ser ensinada se não for parte de uma arte:

E se não é parte de uma arte não pode ser ensinada; enquanto, se é parte de uma arte, ou é auto-evidente, e conseqüentemente não é parte de uma arte nem é passível de ser ensinada; ou é não-evidente e, de novo, não pode ser ensinada por ser não-evidente (M I 30).

Assim, se for parte de uma arte, Sexto Empírico ainda oferece duas opções: ou bem ela é evidente, ou bem ela é não-evidente. Caso seja evidente, ela simplesmente não precisa de ensinamento. Por outro lado, se for não-evidente, exatamente por sua natureza não-evidente, diz o pirrônico que ela não é passível de ensinamento.

Uma vez que não há assunto que possa ser ensinado, não haveria que se falar nem em professor nem em aluno. Ainda assim, Sexto Empírico, continuando sua busca cética, investiga esses dois personagens.

Sexto desenvolve exatamente o mesmo argumento das *Hipotiposes pirrônicas* no que concerne a professor e aluno. Ele diz que, se essas duas figuras existissem, isso significaria dizer que ou o não-especialista ensinará a outro não-especialista; ou o especialista ensinará a outro especialista; ou o não-especialista ensinará ao especialista; ou o contrário. O argumento de Sexto segue o seguinte caminho. O não-especialista não ensina outro não-especialista, assim como um cego não pode guiar outro cego (M I 31). O especialista igualmente não ensina outro especialista, pois nenhum dos dois tem mais necessidade do que o outro em aprender. Da mesma forma, é impossível que o não-especialista ensine o especialista – isso equivaleria a um cego guiar alguém que enxerga perfeitamente bem. Finalmente, dizer que um especialista ensina um não-especialista é, para Sexto Empírico, uma absurdidade ainda pior que as outras opções:

Se ele é não-especialista, ele é semelhante a um cego ou surdo de nascença: um tal homem, por natureza, não alcança jamais a noção de cores ou de sons; da mesma maneira, o não-especialista, na medida em que é não-especialista, completamente cego e surdo aos teoremas da especialidade, é incapaz de vê-los ou ouvi-los (M I 34).

Blank (1998, p.103) nota que essa discussão em torno de quem ensina quem lembra o paradoxo de Mênon sobre como encontrar uma coisa que não se conhece: o que já se sabe não é preciso procurar, e o que não se sabe não se pode procurar, porque não se sabe nem mesmo o que se deve procurar (*Mênon*, 1999, p.54-5). Sexto acaba por

concluir que ninguém pode ensinar ninguém, mas mesmo com isso dito, ele não pára suas elucubrações.

Passa a investigar então o *método de ensino*: este, segundo Sexto Empírico, se daria ou por evidência sensória ou pelo discurso (M I 36). Ele rejeita a hipótese do aprendizado pela via sensória, repetindo um argumento que já havia defendido anteriormente: a *evidência sensória* diz respeito às coisas que podem ser apontadas. Diferentemente da definição ostensiva que Wittgenstein flagrou em Agostinho, o gesto dêitico para Sexto Empírico não envolve propriamente um ensinamento. Porque como o que pode ser apontado é aparente, e o aparente é perceptível a todos, então o que pode ser mostrado por evidência sensória não é passível de ser ensinado.

Quanto ao discurso, Sexto oferece duas opções: ou ele significa alguma coisa, ou ele não significa nada. A última opção se mostra óbvia para Sexto – o discurso que *não significa*, da mesma maneira, nada ensina. A primeira alternativa, no entanto, ainda se subdivide em duas outras possibilidades: o discurso significa ou por natureza ou por convenção. Sexto Empírico rejeita a hipótese de o discurso significar por natureza, porque considera o fato de que há “ininteligibilidade mútua entre os povos”, falta de entendimento entre gregos e bárbaros, ou mesmo entre os próprios gregos (M I 37; cf. M XI 241). Se a linguagem fosse naturalmente apreendida por nós, não haveria divergências entre os povos – nem dentro de um mesmo povo (M I 189). O ponto importante implícito nesse argumento é a idéia de que a natureza é igual para todos em toda parte, isto é, o que afeta por natureza afeta a todos igualmente (M I 147).

Quanto à possibilidade de o discurso significar por convenção, Sexto diz que, nesse caso, só aqueles que já apreenderam as coisas com as quais as palavras são correlacionadas irão compreender o discurso, não por ter sido ensinado a eles o que eles não sabem, mas porque relembram e reavivam em suas mentes o que já sabiam. Por outro lado, os que não sabem as coisas que as palavras significam não entenderão a fala. Em nenhum dos dois casos, há possibilidade de o discurso funcionar como um meio de ensino: para o discurso poder ser entendido, já precisa ser conhecido pelo suposto aprendiz; caso este não conheça as coisas com as quais as palavras são correlacionadas, não poderá compreender nada que o suposto professor venha a ensinar (tb. M XI 242). A sugestão implícita nesse raciocínio é que a condição do entendimento e do discurso significativo é a posse de um sistema de representações estabelecido – o falante deveria sabê-lo ou lembrá-lo, qual signos mnemônicos. Sem refutar por si mesma a tese convencionalista acerca da linguagem, sem negar que o discurso signifique por

imposição, Sexto conclui, em todo caso que, mesmo nessa hipótese, o ensino não é possível pelo discurso.

Em última análise, para Sexto Empírico, o ensino ou é desnecessário – porque o aparente é apreensível por todos, da mesma maneira – ou é impossível. A idéia é que, como existe divergência de opinião, é impossível aprender alguma coisa com certeza (M X 229).

Para os propósitos desta pesquisa, é muito importante registrar os seguintes movimentos na argumentação de Sexto quanto a este ponto. Sua refutação à tese naturalista parece envolver, como vimos, a suposição de que a natureza é idêntica para todos. Esse argumento só pode funcionar se estiver baseado numa visão da linguagem situada dentro do paradigma objeto/designação, natureza/sistema de representação da natureza – um paradigma em que o significado não seja constituído cultural e intersubjetivamente.

Seguindo essa mesma direção, o argumento dogmático utilizado por Sexto Empírico ao rejeitar a tese de que a visão convencionalista da linguagem tornaria possível que o discurso funcionasse como um meio para o ensino sugere implicitamente, como vimos, que as significações são entidades cristalizadas representadas pela linguagem, sendo o entendimento dependente da capacidade de associar tais entidades aos nomes, *revivendo-se* o que já se sabia.

Nos dois casos, então, a linguagem aparece associada a uma perspectiva representacionista de linguagem. O fato de serem argumentos que levam em conta a linguagem como sistema de representação é tanto mais interessante quanto pode funcionar como contraponto à idéia de que haja uma tendência de aliança entre o pensamento cético e a visão não-representacionista de linguagem, que instanciasse já na antiguidade uma versão embrionária do ceticismo lingüístico contemporâneo, embalado, ainda que inadvertidamente, como vimos, por correntes pós-estruturalistas pragmáticas de linguagem. A esse ponto retornaremos mais adiante.

Descarregado esse ataque geral, Sexto Empírico aponta agora para alvos mais específicos. A primeira *technê* a ser atacada é a gramática; suas primeiras vítimas, os gramáticos. Como Sexto garante, sua estratégia será investir nos pontos sobre os quais a própria preservação das doutrinas repousa:

Em nossa luta com os representantes dos estudos liberais, vamos atacar (...) os pontos sobre os quais a salvação de todas essas doutrinas depende, por exemplo, seus primeiros

princípios, ou os métodos gerais que usam para falar dos primeiros princípios, ou seus objetivos. Porque todo estudo consiste ou é feito desses pontos (M I 40).

O método utilizado por Sexto Empírico em *Adversus Mathematicos* segue o seguinte raciocínio: se reduzo os primeiros princípios das pretensas especialidades a nada, necessariamente tudo o mais deverá ser descartado. A estratégia de Sexto é atacar os dogmas mais importantes, porque se eles forem destruídos tudo o mais também será. Enfim, o pirrônico investe contra tudo aquilo em que as especialidades se fundam – e tudo se reduz a nada quando suas hipóteses fundamentais são arruinadas.

5.4 Contra *que* gramática?

Sexto Empírico abre *Contra os gramáticos* explicando por que seu ataque contra as artes liberais começa pela gramática. A justificativa de Sexto para atacar o gramático antes de qualquer outro professor é a alegação de que a gramática se faz presente quase desde o berço, sendo o ponto de partida para aprender todas as outras especialidades:

Vamos começar imediatamente a investigação contra os gramáticos, primeiro de tudo porque somos levados à gramática quase desde a infância (...), e a gramática é, como foi, um ponto de partida para o aprendizado de outros estudos; em segundo lugar, porque é a mais audaciosa das ciências, praticamente se comprometendo com a promessa das sereias (M I 41).

A gramática se envaidece frente às outras especialidades: como as sereias, seduzem os homens – prometendo dar-lhes a verdade. Mas infeliz daquele que ouve suas promessas de desvendar história e mitos. Sexto Empírico, tal qual um gramático/filólogo, cita e interpreta uma passagem da *Odisséia* (12.184-91), de Homero. Segundo sua interpretação analógica, assim como os homens não aprendem nada com as sereias que, ainda, os conduzem à destruição ao fazerem com que se esqueçam de seus lares, eles nada vão aprender se procurarem a (nociva) gramática.

Sexto então circunscreve o objeto de sua crítica cética, dividindo a gramática em dois tipos: uma *geral* e outra *particular*. A gramática geral se refere ao conhecimento das *letras* – sejam gregas ou bárbaras. Essa gramática se compromete a ensinar o alfabeto e suas combinações, sendo, assim, uma especialidade relativa à leitura e à

escrita.¹¹ Já no sentido particular, a gramática não se limita ao mero conhecimento das letras, mas quer ser uma especialidade mais profunda, pretendendo investigar a origem e a natureza da linguagem, além das partes das orações (chegando às palavras, sílabas etc.).¹²

Sexto anuncia de saída que vai poupar a gramática que tem como objetivo ensinar a ler e a escrever, porque sua utilidade é aclamada por todos, até mesmo por Epicuro, notório inimigo dos professores (M I 49). Ele permite essa gramática enquanto desprovida de todas as especulações teóricas que possam encobri-la. Essa gramática está entre as coisas mais úteis: ela cura “a indolente doença do esquecimento”, já que serve à memória – capacidade mais necessária, já que tudo depende dela (M I 49, 52) – e ajuda a conduzir a vida (M I 55).

É interessante notarmos que essa concepção de Sexto é diametralmente oposta à que Platão defende em *Fedro*. Lá, como se sabe, Sócrates narra uma história egípcia em que o deus Troth, inventor entre outras coisas da escrita, vai ter com Tamuz, governante de todo o Egito, para expor suas invenções. Quando chega ao advento da escrita, Troth diz a Tamuz que ela tornará os egípcios mais sábios e fortalecerá sua memória. Mas Tamuz o corrige, dizendo que a escrita tornará os homens esquecidos, pois eles deixarão de cultivar a memória. Além disso, só terão uma aparência de sabedoria, e não a verdade (*Fedro*, 1999 [?428a.C.-327a.C.], p.178-179). Sexto, ao contrário, afirma, como se viu, que essa gramática é uma das especialidades mais úteis que existem – não só ela escapa de sua ira, como ele rende a ela seus maiores agradecimentos (M I 53). Consciente do perigo de se auto-contradizer, ele diz que, mesmo se quisesse, não poderia abolir essa gramática mais geral, porque o próprio argumento que afirma sua inutilidade é ele mesmo útil. Tal argumento não poderia ser repetido, transmitido às gerações futuras se não fosse o advento da leitura e da escrita.

Suas armas críticas, então, estão apontadas para o resto da gramática – sua outra vertente, mais ambiciosa. Sexto avisa a seus leitores que vai se dedicar a atacar a gramática pretensiosa, mais avançada, que deseja ter como objeto de estudo *a linguagem*.

¹¹ Convém ressaltar que se deve entender esse sentido geral da gramática como uma especialidade referente à capacidade básica de ler e escrever, nada tendo a ver com estilo.

¹² Como vimos no início deste capítulo, era um lugar-comum fazer essa distinção entre duas gramáticas, tal como se encontra também em Plutarco. Igualmente, Dionísio Trácio faz uma oposição entre a gramática *pequena* e a *grande* ou entre a *velha* e a *nova*, com funções parecidas àquelas reconhecidas por Sexto Empírico (Blank, 1998, p.113-4).

Sexto Empírico passa então a caracterizar a gramática através da concepção dos próprios gramáticos. Assim, ele fornece e critica as várias definições de gramática dadas por Dionísio Trácio (M I 57), Ptolomeu (M I 60), Asclepiades de Mirléia (M I 74), Chaeris (M I 76) e Demétrio (M I 84). Ele segue a apresentar os principais teoremas dos gramáticos. Em seguida, a despeito das diferentes maneiras em que as gramáticas eram divididas, a depender da elaboração de cada gramático, Sexto Empírico anuncia que elas são em geral divididas em três partes: *técnica*, *histórica* e *específica* (M I 91-93).

A parte *técnica* concerne à própria linguagem e seus componentes – mas Sexto Empírico pretende mostrar exatamente que ela não é técnica. Ele começa sua análise pelas vogais e consoantes (M I 99-119), passando então à sílaba (M I 120-30). Em seguida, investiga a palavra (*lexis*) e as partes da oração (M I 131-58) – vai estudar a distribuição das orações no que concerne à sua subtração e adição (M I 158-168). A seguir ele se volta à ortografia (M I 169-74) e, por fim, ao helenismo (M I 175-247). Ao discutir o helenismo, Sexto Empírico confronta a (inutilidade da) analogia ao (útil) uso comum, além de desacreditar tanto a definição de barbarismo quanto a de solecismo dos gramáticos. E, encerrando a demolição da parte técnica da gramática, critica a etimologia – conforme entendida pelos gramáticos gregos.

A parte *histórica* da gramática é, por sua vez, subdividida em outras três partes (M I 263; v. tb. M I 92). Elas são: parte lógica, parte da experiência prática e parte histórica propriamente dita.

Finalmente, a parte específica diz respeito aos poetas e escritores – expondo-se, criticando-se e catalogando-se suas obras; investigando-se a obscuridade de sua linguagem; distinguindo-se o que é genuíno do que é espúrio (M I 270-320; v. tb. M I 93). Nesse momento, Sexto reproduz o argumento de que o gramático que pretende analisar um poema ou uma obra em prosa deve ou bem entender as palavras ou bem ser capaz de explicar as coisas que estão por detrás das palavras – porque uma obra não é nada além de uma dessas duas coisas. O filósofo grego também analisa a concepção de poemas bons e de poemas ruins. E, por fim, critica o *gramático-hermeneuta*, que é incapaz de chegar ao pensamento, à intenção do autor.

Lembrando que o ceticismo pirrônico, seguindo o contexto helenístico, tinha como objetivo uma vida feliz, o que Sexto procura mostrar em *Contra os gramáticos* é que a gramática não é necessária para nossa felicidade. Dessa forma, ela se mostra inútil. É a partir dessas críticas que estudamos a linguagem em *Contra os gramáticos*.

5.5 A linguagem não se reduz: o uso é infinito – etc.

Depois de diferenciar dois tipos de gramática, Sexto Empírico passa então a atacar a gramática que pretende responder às questões em torno da natureza e origem dos elementos lingüísticos. O primeiro passo de Sexto é definir mais exatamente o que é esse seu objeto de ataque. Para isso, coerente com seu modo de filosofar cético, ele não produz uma definição de *gramática*, mas analisa – e busca destruir – aquelas estabelecidas por alguns gramáticos antes dele. Vamos então repassar as cinco definições reproduzidas por Sexto, para nos inteirarmos sobre as discussões levantadas por ele acerca desse ponto. Logo após, mostraremos como os argumentos usados pelo pirrônico oscilam entre perspectivas semelhantes aos paradigmas de linguagem confrontados nas *Investigações* wittgensteinianas, ora refletindo a imagem de um representacionismo fenomênico, ora esboçando o pragmatismo lingüístico entendido em termos wittgensteinianos.

As cinco definições de gramática analisadas por Sexto Empírico são as de Dionísio Trácio, Ptolomeu, Asclepiades de Mirléia, Chaeris e Demétrio. Há nuances, distinções dentre as diversas definições citadas, inclusive confirmando que havia polêmicas entre os próprios gramáticos sobre sua disciplina: a gramática é reivindicada como *technê* por uns, mas por outros ela é *empeiria*, *eidesis*, *hexis* (saber prático, conhecimento, competência); ela tem por objeto os textos para uns, os textos e o uso para outros, tudo o que se diz e se que pensa em grego para os mais ambiciosos. Considerando que as referências a Ptolomeu em geral sublinham a sua convergência com a definição de Asclepiades, podemos reduzir às seguintes quatro definições o nosso material de exposição e análise:

- 1) Dionísio: “a gramática é uma experiência (*empeiria*) quanto a grande parte do que é dito pelos poetas e escritores” (M I 57)
- 2) Asclepiades: “a gramática é uma especialidade (*technê*) relativa ao que é dito pelos poetas e escritores” (M I 74)
- 3) Chaeris: “[a gramática é] uma especialidade que diagnostica pela técnica e pesquisa as coisas ditas e pensadas pelos gregos tão precisamente quanto possível, exceto aquelas coisas provenientes de outros tipos de especialidade” (M I 76)
- 4) Demétrio: “a gramática é uma especialidade sobre o que é escrito pelos poetas e um conhecimento das palavras no uso comum” (M I 84).

Apesar de Sexto Empírico lançar mão da definição de Dionísio como uma espécie de termômetro a indicar a absurdidade maior ou menor das outras definições de gramática, como se cada uma delas fosse uma resposta a Dionísio, aprendemos com Blank que todas as definições citadas por Sexto – bem como suas respectivas explicações – têm sua principal fonte em Asclepiades de Mirléia. A definição do próprio Asclepiades, assim, está fora da ordem cronológica. Ela aparece na obra de Sexto conforme melhor se estrutura a análise das diferenças entre todas as definições.

Asclepiades e Ptolomeu criticam Dionísio por este ter descrito a gramática como uma experiência (*empeiria*), já que a gramática é, na concepção dos dois, uma especialidade (*technê*). Diz Asclepiades que a gramática não é uma especialidade conjetural, mas algo afim à música e à filosofia (M I 72), uma especialidade relativa ao que é dito pelos poetas e escritores. Sexto acaba por criticar todos os três, por entender que *empeiria* é, conforme vimos, um nome também usado para *technê*. Como já foi dito, Sexto aceitava as modalidades práticas das *technai*, rejeitando apenas suas formas teóricas.

A despeito da questão de ser a gramática uma *empeiria* ou uma *technê*, as definições em jogo guardam outras discussões. Isso porque Asclepiades restringe a gramática ao escopo dos poetas e escritores, assim como propunha Dionísio, enquanto Chaeris e Demétrio estendem seu campo ao uso comum. Além disso, se Asclepiades afirmou ser a gramática a especialidade dos poetas e prosadores sem restrição, para Dionísio a gramática é uma experiência (*empeiria*) “quanto a *grande parte* do que é dito pelos poetas e escritores” (M I 57, *grifo nosso*).

À definição clássica de gramática, que a relaciona à experiência apenas no que se refere à linguagem dos poetas e prosadores, Sexto faz a seguinte objeção: questiona se a gramática é uma especialidade relativa apenas aos poetas e escritores, ou se também é uma especialidade acerca do discurso que não é encontrado entre estes últimos – já que ela também parece presidir o discurso dos leigos. A consequência de a gramática não ser uma experiência exclusivamente referida ao discurso de poetas e prosadores é que, então, seria errado considerá-la dessa forma restrita, referente a apenas uma parte do todo (M I 65). Deixando por ora de lado essas questões, Sexto Empírico continua sua investigação rumo à tentativa de averiguar se a gramática pode existir.

O exame de Sexto Empírico, mais uma vez, acompanha o método empregado também nas *Hipotiposes*. Sexto parte sublinhando a seguinte falácia: se alguns gramáticos definem a gramática como “uma experiência relativa à grande parte das coisas ditas por poetas e escritores, então devem querer dizer ou *todas* as coisas ou *algumas* delas” (M I 66). Ele analisa as duas possibilidades e chega à seguinte conclusão. Se estão se referindo a *todas* as coisas, então referem-se ao que é ilimitado. Como do ilimitado não há experiência, diz Sexto Empírico, tampouco existe gramática. A resposta dele então é que o gramático não conhece tudo; logo, não há conhecimento de todo o discurso dos poetas e escritores; nem, conseqüentemente, existe gramática (M I 75). Sexto diz que, ao considerarmos a afirmação de que a gramática é o conhecimento de todo o discurso de poetas e escritores, temos de ter em mente que o conhecimento não é nada sem aquele que sabe, assim como a gramática não é nada sem o gramático:

O conhecimento não é nada sem aquele que sabe, nem a gramática é algo sem o gramático que a conhece, como não há andar sem aquele que anda ou ficar de pé sem aquele que fica, ou deitar sem aquele que reclina (M I 74).¹³

Seu raciocínio para desacreditar a outra possibilidade, a de que os gramáticos lidam com *alguma parte* do discurso dos poetas e escritores, é sublinhar que isso impediria distinguir o gramático do leigo, já que este também conhece alguma parte do discurso dos poetas.

Sexto Empírico diz que a expressão “grande parte das coisas ditas por poetas” é usada para se evitar o extremo de se afirmar conhecer tudo, ao mesmo tempo em que se pretende diferenciar o gramático do leigo – a outra extremidade na escala de conhecimento (M I 67). Mas, diz Sexto, a noção de *grande parte* é algo ilimitado, assim como a noção de *muitos*, classicamente associada ao conhecido *paradoxo de Sorites* – em que ponto um monte de areia deixa de ser um monte de areia à medida que nós tiramos grãos de areia (cf. M IX 182)? A idéia é a de que, para se ter *muitos*, é preciso juntar certa quantidade de coisas, uma por uma, até se ter esses *muitos*. No entanto, diz o pirrônico, juntando-se as coisas uma por uma, não será *uma* dessas coisas recém-

¹³ Para Blank, essa crítica de Sexto é como que uma resposta à definição estóica de *technê*. Conforme dito acima, os estóicos definiam a *technê* como um sistema de cognição. Considerando que cognição seja uma alteração da mente, então *technê* só pode existir se a mente de alguém estiver em tal estado de alteração. Assim, é fútil essa distinção entre a gramática e o gramático que não pode abarcar todo o conhecimento dessa especialidade, uma vez que não há gramática sem gramático (1998, p.137).

acrescentada que fará com que ela e todo o resto se tornem subitamente *multos*. De modo que não se pode determinar o que é essa “*grande parte*” dos discursos.

As outras duas definições de gramática analisadas, de Chaeris e Demétrio, trazem algo de novo a essa discussão, ao não se limitarem ao escopo dos poetas e escritores. Assim, como vimos, Chaeris afirma que a gramática é “uma habilidade que diagnostica pela técnica e pesquisa as coisas ditas e pensadas pelos gregos tão precisamente quanto possível, exceto aquelas coisas provenientes de outros tipos de especialidade” (M I 76); e de acordo com Demétrio “a gramática é uma especialidade sobre o que é escrito pelos poetas e um conhecimento das palavras no uso comum” (M I 84).

Sobre a definição de Chaeris, Sexto chama a atenção para o fato de que sua última ressalva não é feita em vão, observando que dentre as coisas ditas e pensadas pelos gregos algumas dizem respeito às mais variadas especialidades, e outras não. Por fim, Chaeris diz que a gramática não cobre o conhecimento de todas as outras especialidades – a gramática é um tratamento das coisas ditas e pensadas que não aquelas relacionadas às outras especialidades.

A distinção de Chaeris entre *coisas ditas* e *coisas pensadas* se refere à diferenciação entre forma e significado das expressões lingüísticas (Blank, 1998, p.139). Sexto aponta que Chaeris não preservou a terminologia estóica, ainda que essa separação derive dessa corrente filosófica (M I 78). Os estóicos entendiam o *lekton* como o incorpóreo, inteligível, o que é *significado* por uma expressão, ao passo que a expressão ela mesma é uma voz corpórea, que se aproximaria ao que chamamos atualmente de *significante*. Segundo Blank:

O uso de *lekton*, que significa literalmente “o que é dito ou dizível”, para se referir à expressão é comum em gramáticos, mesmo quando eles algumas vezes usam a palavra mais exatamente no sentido estóico de “o que é significado” (1998, p.139).

Sexto nos informa que Chaeris parece estar introduzindo um argumento de Crates, que faz uma diferenciação entre o *crítico* e o *gramático*. Segundo Crates, o crítico deve ser um especialista de toda a ciência lógica, enquanto o gramático deve, simplesmente, ser um habilitado em prosódia, interpretação de palavras raras e coisas desse tipo (M I 79).

A definição de Chaeris é, para Sexto, ainda pior do que as anteriores a se considerar que, enquanto Asclepiades, Dionísio e Ptolomeu limitaram o domínio da

gramática ao tê-la confinado aos poetas e escritores, Chaeris quer que a gramática conheça a forma e o significado de cada expressão grega (M I 81).

Sexto também investe em derrubar todas as três possíveis interpretações para a parte final da definição de Demétrio (“um conhecimento das palavras no uso comum”). A interpretação de ser ela uma afirmação geral é descartada por Sexto, porque o uso comum se serve de palavras ilimitadas, e não há conhecimento de coisas ilimitadas (M I 86). Caso essa definição não seja universal, mas particular, ou seja, caso se refira a algumas palavras no uso comum, ainda assim ela não estaria correta. Porque essa definição não distingue o gramático de, por exemplo, um ateniense (que conhece as palavras comumente usadas no ático), um médico (que conhece aquelas usadas na medicina) etc. (M I 87). A última possível interpretação para “um conhecimento das palavras no uso comum” desacreditada por Sexto Empírico seria entender que a expressão se refira não a cada palavra individual (o que seria impossível), mas a todas as palavras tomadas no nível mais alto de generalidade das regras que governam a formação das palavras nos diferentes dialetos – mas, ainda assim, essa afirmação não seria verdadeira. As regras não são gerais, não podendo alcançar todas as palavras, mas tão-somente certo número delas (M I 89). Assim, apoiando-se na argumentação dos próprios gramáticos, o cético mostra que a pretensão de regras universais que compreendam todas as línguas é um mito.¹⁴

Dado o desacordo existente entre as definições de gramática arroladas por Sexto, ele conclui que elas são incapazes de definir o escopo dessa especialidade. Além disso, elas ou requerem um conhecimento impossível ou um conhecimento comum.

Passamos a ressaltar agora alguns pontos levantados pelo debate em torno da definição de gramática que consideramos importantes para este trabalho. A resposta de Sexto à definição de Asclepiades, por exemplo, interessa aqui sobremaneira. Para reprovar a definição de Asclepiades, Sexto Empírico usa um argumento que pode tanto ser lido como completamente anti-essencialista e anti-representacionista, quanto o contrário – como conseqüente de uma concepção representacionista. Como dito acima, ele afirma que o conhecimento não é nada separado daquele que sabe, assim como a gramática não é algo apartado do gramático (M I 74). Esse argumento pode sugerir duas coisas: em sintonia com o ideário anti-representacionista, que as regras da

¹⁴ É interessante fazermos um paralelo aqui com a gramática gerativa de Noam Chomsky, que tem o mesmo intento dos gramáticos desacreditados por Sexto: provar uma gramática universal submersa, comum no fundo de todas as línguas.

linguagem não existem como essências autônomas, não têm realidade independente daqueles que as praticam; em sintonia com a visão representacionista, que a gramática é um conhecimento representado *no gramático*. Em outro momento, quando da discussão em torno da linguagem poética, mais uma vez as perspectivas representacionista e pragmática da linguagem podem ser embaralhadas. Uma objeção interessante de Sexto Empírico à definição clássica de Dionísio Trácio está, em última análise, na divisão que este fazia entre linguagem comum e linguagem poética (aí também inclusa a prosa, o que leva a crer que se aproximaria à nossa *literatura* atual).¹⁵ Interessante porque Sexto, de certa maneira, adianta a perspectiva anti-essencialista da pós-modernidade, em que não se aceita a abstração segundo a qual a linguagem poética é tomada como uma *fatia* diferenciada de linguagem, caracterizada por possuir uma essência distinta da linguagem ordinária (é o ideário que reconhecemos pelo menos em: Duque-Estrada, 2004; De Man, 2001; Fish, 2001; Cavell, 1996; Culler, 1993; Eco, 1993; Taylor, 1992; Derrida, 1991). Realmente, a idéia de que a parte *especializada* da gramática analisaria a *obscuridade* da linguagem poética parece revelar que a separação entre linguagem comum e linguagem poética – em que à linguagem poética se deixa o lugar da obscuridade, da metáfora etc. – pode ser vislumbrada, ainda que de modo tímido, na exposição de Sexto Empírico das várias definições de gramática. Contudo, parece haver alguma oscilação quanto a este ponto no fim de *Contra os gramáticos*, quando Sexto discute sobre a possibilidade de existência da parte da gramática que trata dos poetas e prosadores: se por vezes ele entende que a língua não é outra senão aquela que *usamos* (M I 208), por outro lado ele também lança mão de argumentos mais adequados a um paradigma de linguagem abstrata e metafísica que toma como modelo a estrutura palavra/coisa (M I 300-318).

Na seção sobre a parte da gramática referente aos poetas e prosadores, Sexto passa páginas e páginas moldando a argumentação contra a poesia mesma, para depois declarar que

Tais, então, são as coisas ditas sobre esse tópico pelos outros, especialmente os epicuristas. Vamos, contudo, sem dizer nada contra a poesia, fazer algo diferente refutando aqueles que afirmam haver uma especialidade da gramática que diagnostica as coisas ditas pelos poetas e prosadores (M I 299).

¹⁵ Ildefonse interpreta a crítica de Sexto Empírico como um apontamento da confusão que Dionísio teria feito entre *parte e seção* (1997, p.26).

Sexto Empírico se compromete em não criticar *a poesia*, mas apenas a crença dos gramáticos em possuir o diagnóstico dos poemas e escritos em prosa.

Nisso Sexto se afasta de Epicuro, uma vez que o ataque epicurista é dirigido diretamente contra a poesia, que o pirrônico se furta a julgar (M I 278, 299). Apesar de os gramáticos estudarem o que está nos textos dos poetas e prosadores, era uma característica dos epicuristas só atacarem os poetas. Sexto, por sua vez, só quer atacar os *intérpretes* da poesia, já que a própria poesia os céticos se recusam a condenar. Os pirrônicos miram na ignorância dos gramáticos sobre as palavras e seus significados nos poemas – não condenam a poesia. De acordo com Blank, ainda que Sexto Empírico tenha em mira no seu primeiro ataque Asclepiades e seus seguidores, que pregavam a primazia da poesia sobre a filosofia, seus maiores inimigos eram os estóicos, que citavam poetas para autenticar seus argumentos (1998, p.286).

Conforme sublinha Sexto, os gramáticos ousam usar a exegese da poesia para afirmar a utilidade da gramática para a vida e sua necessidade para a felicidade. Eles asseguram a necessidade da gramática sob a alegação de que a poesia fornece muitos pontos de partida na direção da sabedoria e de uma vida feliz, sustentando, entretanto, que, sem a luz da gramática, não é possível discernir claramente o que os poetas realmente querem dizer. Que a poesia leva à felicidade, de acordo com os gramáticos, ficaria claro com a constatação de que a melhor filosofia tem sua origem nas máximas dos poetas – ou seja, os filósofos selam suas exortações com dizeres poéticos. Essas supostas apropriações de poetas por parte dos filósofos eram muito comuns entre os antigos, e Sexto fornece vários exemplos (inclusive o caso de Epicuro), não cabendo aqui reescrevê-los.

Os gramáticos garantiam a utilidade de sua arte a partir dos dizeres dos poetas da seguinte forma: se os ditos poéticos são úteis, mas não são apreendidos sem a gramática, tem-se como consequência a utilidade desta para a vida (M I 274). E não só para a vida individual, acrescentariam os gramáticos: a gramática também tem certos atributos especialmente necessários aos países de quem a aprende, ou seja, tem também uma importância, quase se poderia dizer, *diplomática* (M I 275). A propósito, o tema da utilidade de certas *technai* tinha como lugar-comum esta questão: acaso elas seriam úteis para o indivíduo que as possui ou para a comunidade desse indivíduo? (Blank, 1998, p.293).

Sexto começa a responder a essas declarações dos gramáticos tomando emprestado certo argumento epicurista segundo o qual uma máxima só será acreditada

mediante provas – fornecidas pela filosofia, não pela gramática: “uma máxima é apenas uma asserção” (M I 279). A mera asserção não convence nosso intelecto de sua verdade ou falsidade. Em vez disso, ela demanda *provas* – e provas são questões de filosofia, não de gramática. Assim, a gramática se mostra supérflua e vazia (M I 279). De fato, Sexto sugere que os poetas dizem coisas contraditórias, havendo tanto poemas perversos quanto poemas de fundo moral. E quando pensamentos opostos são ditos sem prova, “as pessoas tendem a escolher o pior e, por essa razão, a poesia é tida como perigosa”, para os epicuristas (M I 280). Então, Sexto reitera a visão de que quem é útil não é o gramático, mas aquele que é capaz de distinguir entre o poema perverso e o moral, o filósofo (M I 280).

A inutilidade da gramática é ainda comprovada lançando-se mão de um argumento segundo o qual, em última análise, a linguagem deve ser um meio para se chegar à verdade: para alguns filósofos, como os epicuristas, a poesia seria inconsistente, e a gramática não poderia mostrar quais das suas partes devem ser tidas como verdadeiras e quais devem ser desacreditadas como ficções míticas (M I 292). Esse caminho epicurista continua sendo percorrido adiante, quando há a afirmação de que os filósofos e outros escritores nos instruem em coisas que são úteis porque eles objetivam a verdade, mas os poetas, ao contrário, procuram por qualquer meio entreter. Em geral, a poesia não só é inútil para a vida, como é perigosa: ela reforça as paixões humanas (M I 297-8) – os epicuristas só permitiam a poesia como simples diversão. Vimos que outro aspecto pelo qual a desnecessidade da gramática é ratificada por Sexto Empírico está no que concerne ao próprio aprendizado da linguagem. A arte da conversação não é adquirida através da gramática, mas de um *tipo geral de habilidade* (M I 294). Por tudo isso, os gramáticos são inúteis – e, se esperam justificar sua utilidade com a poesia, então não justificam nada.

Com o objetivo de refutar os gramáticos, esses especialistas que crêem possuir a arte de diagnosticar os dizeres dos poetas e dos escritores, diz Sexto:

Posto que toda composição, todo poema é constituído por palavras que indicam realidades e pelas realidades indicadas, o gramático, se possui a arte de analisar os dizeres dos escritores e dos poetas, terá necessariamente o conhecimento das palavras, ou das realidades subjacentes, ou de ambas ao mesmo tempo (M I 300).

Mas Sexto diz que os gramáticos não entendem *as coisas que fundamentam as palavras*, uma vez que algumas dessas coisas pertencem à ciência natural, outras são

matemáticas, outras ainda são médicas, musicais etc. Então, no fim das contas, ele afirma que, para se entender esses escritos é preciso ser um especialista da área de que a composição estiver tratando. Isso significa dizer que, de acordo com o argumento utilizado pelo cético, como os gramáticos não podem ser especialistas em todas essas outras ciências, eles *interpretariam erroneamente* esses textos. Assim, Sexto Empírico acaba levando à contestação da afirmativa de que os gramáticos saberiam sobre as coisas (*pragmata*) (M I 313).

Mas permanece a possibilidade de que os gramáticos entendam *as palavras*, como hermeneutas que igualmente se propunham ser. Mas isso também não faz sentido para o pirrônico. Sexto Empírico expõe alguns argumentos para mostrar que os gramáticos também não entendem as palavras. Não as entendem, segundo Sexto, porque não dispõem de nenhum meio técnico para entendê-las – não é por meio de nenhuma especialidade que eles aprenderam a correspondência entre, por exemplo, palavras gregas e frígias, mas simplesmente ouvindo os outros falarem (M I 313). Não há uma técnica, uma razão da natureza para que determinada expressão grega corresponda a determinada palavra frígia. O pirrônico mais uma vez lança mão do argumento da infinitude, já que há infinitas palavras cunhadas de maneiras diferentes pelos mais variados povos (M I 314), e também se pergunta como os gramáticos conheceriam algumas palavras *científicas*, tais como *realidade* e *essência* em Aristóteles (M I 315). Em suma, se os gramáticos não sabem nem as coisas nem as palavras, e o poema ou a obra em prosa não é nada além disso, os gramáticos não vão possuir uma especialidade capaz de explicar o que é dito por poetas e prosadores:

Assim então, posto que eles não conhecem nem as palavras nem as coisas às quais as palavras remetem, e que o poema ou a obra em prosa não são nada além disso, eles não possuiriam a arte capaz de explicar as fórmulas dos poetas e dos prosadores (M I 318).

Quanto à qualidade do poema, de acordo com os gramáticos em sua função de críticos literários que também cumpriam, o poema *claro* é o melhor. Então, segundo Sexto Empírico, a gramática não é necessária no caso do poema bom – já que, sendo claro, ele não precisa de interpretação –, bem como é dispensável no caso do poema ruim – justamente porque é ruim e não interessa a ninguém (M I 319). Por último, Sexto ainda desfere o golpe final sobre o *gramático-hermeneuta*, tendo como parâmetro a idéia de que interpretação *certa* coincide com a intenção do autor. Ele salienta a

incapacidade do gramático de chegar ao pensamento, ao que o escritor teria querido dizer com o que escreveu (M I 320).

Dado esse breve resumo sobre a estratégia de que Sexto Empírico se vale para negar a utilidade e a possibilidade de existência da parte dedicada aos poetas e prosadores na gramática, acreditamos poder, novamente, levantar outras evidências das tensões e contradições envolvendo seu tecido argumentativo e, conseqüentemente, as concepções de linguagem subjacentes ao seu tratado.

Não se pode dizer propriamente que Sexto assumia essa posição, mas ele embasa sua argumentação para ir mais uma vez contra os gramáticos no paradigma palavra/coisa de compreensão da linguagem, quando afirma, conforme visto, que toda obra consiste em palavras e coisas referidas por elas. Por isso, será necessário ao gramático – no seu papel de hermeneuta – entender *as palavras*, ou *as coisas*, ou *ambas*. O fato de que o cético nega as três possibilidades parece deixar intacto o pressuposto de que as obras têm por vocação funcionar como amálgamas entre significantes e referentes. Negando que o gramático – ou qualquer usuário da língua – possa alcançar essa ligação, a argumentação de que Sexto se serve pode até levar à conclusão dogmática negativa de que não há como determinar a interpretação de um texto, mas mantendo-se ainda fiel à idéia de que interpretar *seria* recuperar o elo entre a palavra e a coisa.

Com efeito, Sexto Empírico faz uso de raciocínios que conduzem à idéia de que deve haver apenas *uma* interpretação *certa* para determinada obra, o que novamente reforçaria uma adesão inadvertida a concepção representacionista de linguagem. A primeira vez é quando desqualifica o gramático, afirmando que este não entende as coisas referidas nos textos de outras especialidades – logo, *a* interpretação só estaria disponível para o *especialista* da área. Juntando a função de hermeneuta com a de crítico do antigo gramático, Sexto fornece outro argumento que aponta tanto para a inutilidade da gramática quanto para a idéia de uma interpretação única, quando discute a questão dos poemas bons e ruins. Como dito acima, o poema *claro* é o melhor poema, segundo os gramáticos. Então, diz Sexto, a gramática é inútil para a interpretação do bom poema, já que ele não precisa de explicação – ou seja, *o poema diria por si mesmo*. Nesse caso, o cético se utiliza de um argumento que não apenas não desautoriza o poema, como dá a ele o poder de dizer por si – quer dizer, a gramática é inútil porque não precisamos dela para saber o que é dito pelos poetas e prosadores. É uma

preocupação de Sexto Empírico, como vimos, ressaltar que a gramática, ao contrário do que dizem os gramáticos, não é necessária para nossa felicidade.

Por tudo o que se observou, se considerarmos dois paradigmas de linguagem, um representacionista e outro não-representacionista, aí estaria, ao que parece, um grande nó. Na seção sobre os escritores, a despeito de Sexto afirmar sua defesa do uso, ele lança mão de uma argumentação dogmática segundo a qual o gramático deve buscar as coisas referidas pelas palavras. Ao mesmo tempo, podemos lembrar a afirmação de que o conhecimento não é nada sem aquele que sabe, nem a gramática é alguma coisa sem o gramático. Argumentação que pode, em certo sentido, ser considerada representacionista – então a gramática seria um conhecimento que se consubstanciaria na medida em que é representada *no gramático* – e radicalmente pragmática – se a entendermos como negação absoluta de um entendimento abstrato da gramática (M I 74, citado acima).¹⁶

As imagens parecem ficar mais nítidas, no entanto, quando o pirrônico critica uma espécie de racionalidade intrínseca à linguagem representada pela analogia gramatical e defende, por oposição, a irredutibilidade do uso comum da linguagem.

5.6 Contra a analogia e em defesa do uso comum

Ao mesmo tempo em que testemunhamos argumentos cuja conseqüência admitiria a possibilidade de que um poema fale por si, entendemos ser de suma importância ressaltar aqui que Sexto Empírico anuncia com freqüência a sua desconfiança em relação ao *fato*, aproximando-se aí diretamente do problema da verdade.¹⁷ Isso está presente, por exemplo, na contenda em torno da existência de uma outra parte da gramática – a histórica. Nessa parte da gramática, o helenismo é invocado pelos gramáticos como ferramenta para fixar textos e criticá-los. Tal reivindicação não tem fundamento aos olhos de Sexto. Diz ele que os gramáticos não têm como nos legar um critério de história real, em que se pudesse testar quando ela é verdadeira e quando é falsa: “Os gramáticos não nos legaram um critério de verdade permitindo testar o que é

¹⁶ Uma vez que Sexto Empírico lançou sua fúria contra tantas especialidades, mas poupou os poetas, acreditamos que ele não se importaria em ver esse argumento melhor colocado no verso de Yeats: “How do we know the dancer from the dance?”

¹⁷ Se bem que, em passagem de *Contra os astrólogos*, Sexto Empírico não apenas não desconfie do fato, como afirme que havia fornecido os argumentos contra os astrólogos “se nos ativermos aos fatos” (M V 106).

falso e o que é verdadeiro na história” (M I 267). Daí que, também no que concerne à parte histórica, a gramática não seria, para o pirrônico, viável (M I 269). Ao empregar um argumento que afirma a impossibilidade de se testar quando uma história é verdadeira e quando é falsa, é curioso observar que, para Sexto, o fato não parece evidente por si.

Mas talvez seja na discussão de Sexto Empírico em torno da existência da parte técnica da gramática, em que o helenismo é de novo evocado pelos gramáticos, que ele melhor fornece pistas sobre como articular uma possível perspectiva de linguagem ao pensamento cético. Nessa parte técnica, os gramáticos afirmam que a teoria das leis que regem a linguagem tem sua explicação no helenismo. Sexto Empírico tira da gramática (e dos gramáticos) essa tarefa, e joga a *responsabilidade* para a comunidade lingüística. É social, empiricamente – e não com regras provindas da gramática – que se fala grego. A capacidade de falar grego não tem a ajuda da gramática – basta seguir o curso da vida. É uma atividade intersubjetiva: há interlocutores e variações lingüísticas às quais devemos nos adaptar. O uso é plástico, múltiplo – ele está longe de ser rígido, estanque, único. Defendendo o uso em detrimento da analogia, Sexto apela para a observação cotidiana como correção gramatical. A defesa do uso, assim, deve ser entendida em conformidade com o *critério do ceticismo*, segundo o qual a própria vida nos ensina a executarmos algumas ações e nos abstermos de outras (PH I 21). O que nos faz levar a cabo algumas ações e descartar outras durante o dia é o fato de atentarmos para o que nos é aparente, e são essas observações cotidianas que compõem nosso *critério prático* (PH I 21-3). Dessa maneira, o bom helenismo seguirá o uso como um critério prático, não como um critério de verdade.

A partir das considerações de Sexto sobre helenismo, é possível identificar as principais tarefas e quais os critérios tradicionais dessa matéria. Assim, duas *tarefas* do helenismo deveriam ser (a) estabelecer a correspondência entre forma das palavras e sua referência no mundo; e (b) restaurar as formas originais das palavras. E os três *critérios* de correção das formas das palavras para o helenismo seriam os seguintes: por *comparação* a outras formas de palavras; por *etimologia*; ou por *acordo ao uso* comum (M I 176-240).

Essas preocupações apareciam em várias obras antigas. O primeiro a tratar sistematicamente do helenismo parece ter sido Aristóteles, na *Arte retórica*. Em seus comentários, Aristóteles diz que o bom grego é um princípio de dicção (*lexis*), que

consiste em cinco partes: conjunções, uso apropriado de palavras, impedimento de ambigüidades, uso correto dos gêneros gramaticais e concordância de número:

O princípio do estilo é falar com pureza, segundo o espírito da língua, o grego, por exemplo. São necessárias para isso cinco condições. A primeira reside no emprego das conjunções que devem ser colocadas segundo a ordem natural, umas em primeiro lugar, as outras em seguida, como pretendem certos autores (...). A segunda consiste no uso dos vocábulos próprios, sem termos de recorrer às perífrases. A terceira consiste em evitar expressões anfibológicas, a não ser que propositadamente se tome o partido contrário (...). A quarta regra é seguir Protágoras que distingue o gênero dos nomes: masculinos, femininos e neutros (...). A quinta regra consiste em observar os números, distinguindo se se trata de muitos ou de poucos objetos ou de um só (*Arte retórica*, Livro III, Cap.V).

Esses critérios do helenismo variavam em número, mas em geral incluíam analogia, etimologia, autoridade e uso.

Podemos reconhecer a seção sobre helenismo em *Contra os gramáticos* como uma continuação das discussões sobre sofismas e ambigüidades, presentes no Livro II das *Hipotiposes pirrônicas*. Segundo Sexto Empírico, há dois tipos distintos de helenismo: uma forma que é divorciada do uso comum e que parece proceder de acordo com a analogia gramatical, e a outra forma que corresponde ao uso de cada grego e avança por assimilação e observação da conversa comum (M I 176). O segundo tipo, diz Sexto, é de grande uso, na medida em que é útil para nossa vida, mas o primeiro é inútil.¹⁸

Para mostrar a inutilidade do helenismo que leva em conta a analogia, Sexto usa a alegoria da moeda corrente e da moeda privada (M I 178). É oportuno registrar que essa comparação do uso de uma língua à circulação de uma moeda não só era um lugar-comum entre seus contemporâneos, como também é uma metáfora repetida por autores que, muito mais recentemente, se debruçaram sobre a linguagem, entre eles F. Saussure:

Ademais, é impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua. Ele não é, para ela, mais que uma coisa secundária, matéria que põe em jogo. Todos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhes serve de suporte. Assim, não é o metal da moeda que lhe fixa o valor; um escudo, que vale nominalmente cinco francos, contém apenas a metade dessa importância em prata; valerá mais ou menos com esta ou aquela efígie, mais ou menos aquém ou além

¹⁸ Outra vez, mais uma variante útil (o uso) é separada de uma inútil (a analogia) por Sexto Empírico. Ele lança mão desse método em outras passagens, algumas das quais já vistas neste trabalho, como por exemplo: o signo mnemônico que é aceito, ao contrário do indicativo (PH II 102); a gramática do *ler* e *escrever* oposta à gramática técnica (M I 49); as observações astronômicas aceitáveis versus a astrologia (M V) (Sluiter, 2000, p.104).

de uma fronteira política. Isso é ainda mais verdadeiro no que respeita ao significante lingüístico; em sua essência, este não é de modo algum fônico; é incorpóreo, constituído, não por sua substância material, mas unicamente pelas diferenças que separam sua imagem acústica de todas as outras (1998[1916], p.138).

Nietzsche:

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efigie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas (1974[1873], p.56).

Derrida:

A palavra não é pronunciada, mas pode-se decifrar a dupla dimensão da *usura*: o apagamento por fricção, por esgotamento, por esterilização, é certo, mas também o produto suplementar de um capital, a troca que, longe de perder a entrada, faria frutificar a riqueza primitiva, acrescentaria a paga sob a forma de lucros, de acréscimo de interesse, de mais-valia lingüística, permanecendo as duas histórias do sentido indissociáveis (1991, p.250).

E, como veremos mais adiante, também Wittgenstein.

Na analogia de Sexto, o sujeito que usa a moeda corrente de uma cidade é capaz de fazer seus negócios lá, mas quem cunha para si uma moeda nova e diferente se mostra um tolo quando quer negociar com ela. Analogamente, também aquele que quer mudar o discurso que é comumente aceito para um discurso que seja privado está perto da insanidade:

Com efeito, em uma cidade, é uma certa moeda que tem circulação local: aquele que usa essa moeda é capaz de fazer negócios nessa cidade sem dificuldade; ao contrário, aquele que não aceita essa moeda, aquele que cunha uma moeda nova para seu uso e quer que ela tenha crédito, esse se mostra um tolo. Do mesmo modo, se alguém na vida comum, como se recusasse uma moeda, recusasse se submeter ao modo habitual de conversação, preferindo cunhar uma moeda privada para si, esse está próximo da loucura (M I 178).

A idéia é que é possível corrigir o discurso de alguém sem apelar para qualquer especialidade, quer dizer, com a simples observação (M I 219). A metáfora da moeda mostra que o próprio uso, dentro de uma comunidade lingüística, tem limites para além dos quais não se pode ir. Querer furar a todo custo esse limite é loucura comparável a do

sujeito que quer utilizar uma moeda fora de circulação – moeda, como linguagem, exige uma coerência por parte daqueles que a utilizam. Moeda e linguagem têm status comparável de troca.

Sigamos os passos de Sexto: fiel ao modo de raciocinar cético, ele discute os *princípios* que devem existir para que haja uma especialidade relacionada ao helenismo – já que um dos pré-requisitos para uma especialidade ser assim considerada é que ela seja baseada em algum princípio (M I 180). E caso haja princípios, eles deverão ser ou *técnicos* ou *não-técnicos*. Essa luta entre critérios técnicos e não-técnicos é, de fato, um debate que freqüenta com assiduidade *Contra os gramáticos* – a contenda em torno de que tipo de princípios tem a especialidade da gramática. Se forem princípios *técnicos*, eles serão construídos ou a partir deles mesmos ou de uma segunda especialidade, e essa de outra, levando a um *regresso ao infinito* – de modo que a especialidade não teria um princípio e, assim, não seria sequer uma especialidade (M I 180). Por outro lado, se forem *não-técnicos*, o único princípio encontrado será aquele do *uso comum* (M I 181). Não há a *pureza* sobre a qual os gramáticos pretendiam fundar o critério de helenismo, já que não se pode definir a correção gramatical (Dalimier, 1991, p.17). Dessa maneira, já que qualquer critério técnico acaba levando a um regresso ao infinito, ele se mostra inútil, só restando a confiança no uso comum. Essa é a conclusão comum, para ficarmos em dois exemplos, às contendas sobre *etimologia*:

Diremos que tal palavra faz parte do bom grego porque ela é utilizada em nossa própria língua e não porque ela é garantida pela etimologia (M I 247; cf. M I 241, 244-246).

e *helenismo* (M I 176-240):

Nas conversas cotidianas, empregando certas expressões, suscitaremos uma recusa ou não das pessoas comuns. Caso elas nos imponham uma recusa, elas vão ao mesmo tempo nos corrigir – de modo que o que nos faz capaz de bem falar o grego são as regras estabelecidas pelo uso corrente, e não as regras gramaticais (M I 191).¹⁹

Então o uso comum se torna, dessa maneira, o critério do que é ou não é bom grego, e não alguma especialidade de helenismo. Em outras palavras, o *princípio* está no *uso comum* (M I 181).

¹⁹ A mesma forma argumentativa desenvolvida para a analogia é empregada no que tange às noções de barbarismo e solecismo. De acordo com Sexto Empírico, tanto para julgá-los (se há ou não um barbarismo ou um solecismo) quanto para evitá-los é o uso comum que se deve observar (M I 210-216).

Sexto Empírico se pergunta se haveria alguma espécie de correção *natural*. Mas tal coisa não existe – o que há é uma correção *inventada* pelos gramáticos. Como Sexto não dá crédito a essa, sua conclusão é que não há critério de correção fora do uso comum.

5.7 Contra os gramáticos e sua idéia de uma racionalidade intrínseca à linguagem

Ao investigar a reivindicação do helenismo como uma especialidade, Sexto Empírico dá uma pista do que considera como tal, quando diz que a escultura e a pintura são artes do real, mas que atividades como a astrologia e a profecia são artes da promessa e não correspondem a uma verdade. Para saber se a arte do helenismo não passa de uma promessa ou se é uma capacidade real, é preciso haver um critério. Todavia, se esse critério pertencer a uma arte, cairemos em um regresso ao infinito. Então Sexto volta a fazer esta consideração tão importante para este trabalho:

Se supusermos que esse critério não pertence a uma arte, não encontraremos nenhum outro fora do uso comum. Então o uso comum julgará também a arte do helenismo sem ter necessidade de uma arte (M I 183).

Além disso, Sexto prossegue, o fato de que só se pode aprender bom grego a partir da gramática deve ser ou *evidente* ou *não-evidente*. *Evidente* não é, já que, se assim fosse, deveria haver acordo entre todos os homens quanto a esta evidência, “como há com todas as coisas evidentes” (M I 184). Se for *não-evidente*, desde que o que é não-evidente é conhecido por meio de alguma outra coisa, deve-se (i) ou ser guiado por algum *critério natural* por meio do qual se determina o que é e não é bom grego; (ii) ou deve-se empregar o *uso*, seja observando o uso de uma pessoa que se presume falar o melhor grego, seja observando o uso de todos (M I 186). Contudo, diz Sexto Empírico, quanto à primeira opção, não temos critérios naturais com relação ao que é e não é bom grego (M I 187) – porque se assim fosse não haveria opiniões diferentes acerca do que é bom grego. Quanto à segunda alternativa, enfrenta-se a questão do *uso* como critério.

Como estamos vendo, a batalha *natureza* versus *convenção* é uma das favoritas de Sexto.²⁰ Nas *Hipotiposes pirrônicas* mesmo, ele critica a noção de que haja alguma coisa boa, má ou indiferente por natureza (PH III 179-187; cf. M XI). Também em *Contra os gramáticos* essa não é a primeira vez em que Sexto volta ao tema. Ele já discute o que os gramáticos querem dizer com a expressão *por natureza* na parte que trata do nome (*onoma*) (M I 142). Lá, Sexto queria examinar o que os gramáticos querem dizer quando afirmam que alguns nomes são *por natureza* masculinos, femininos ou neutros, singulares em número, duais ou plurais. Sexto Empírico não dirige ali as suas considerações à própria noção de nome, mas antes a dois de seus acidentes: gênero e número. Seu ataque se volta contra a afirmação dos gramáticos de que os nomes teriam tal ou qual gênero e número *por natureza*. Sexto oferece duas alternativas para a significação de *por natureza* aqui: (i) os nomes teriam adquirido suas expressões naturais pelo povo primevo, que primeiro os proferiu; ou (ii) os nomes nos afetariam naturalmente, ainda hoje, como sendo do gênero masculino, por exemplo, mesmo se não os consideremos como masculinos:

Ou bem isso quer dizer que os nomes são por natureza tais ou tais porque os primeiros que pronunciaram os nomes se exprimiram de maneira natural como quando se urra de dor, como quando se grita de prazer ou de admiração. Ou isso quer dizer que, ainda hoje, cada um desses nomes nos dá naturalmente a impressão de ser um nome masculino, ainda que não o consideremos masculino, ou ainda que indique naturalmente ser feminino, mesmo que contra nossa vontade (M I 143).

A primeira alternativa, de acordo com Blank, refere-se à teoria epicurista. A essa teoria gramatical, Sexto Empírico opõe duas objeções. Uma delas é sublinhar que os gramáticos não teriam como decidir esse debate, já que isso não é uma questão fácil nem mesmo para os melhores cientistas naturais, devido à argumentação equivalente em ambos os lados (M I 144). Trata-se, como de costume, do argumento do *desacordo* entre posições sem resolução. A segunda objeção também é comum em Sexto, já tendo sido abordada aqui: se os nomes fossem estabelecidos por natureza, então todos os povos se entenderiam – o que não é o caso (M I 145). E o discurso, de acordo com a argumentação do pirrônico, não significa por natureza. Blank ressalta que esta última contestação de Sexto é uma má interpretação da teoria epicurista. Epicuro obviamente

²⁰ Aprendemos com Barnes que “a comparação com critérios naturais é um lugar-comum nos textos antigos” (1999, p.133).

sabia que as percepções e, assim, os sons produzidos a partir delas diferiam entre os povos.²¹

A segunda alternativa de significação por natureza, tratada em M I 146-7, corresponde à de que ainda hoje seríamos *movidos* naturalmente a usar os nomes de tal e qual maneira – por natureza, cada nome *indicaria* seu gênero e seu número. Blank nos ensina que a “terminologia aqui é tomada da filosofia estóica, em que uma impressão sensória ‘move’ a faculdade que governa a alma, e ‘indica’ tanto ela mesma quanto o que é uma impressão” (1998, p.179).

A resposta fornecida por Sexto é que aquilo que nos move por natureza move a todos igualmente e, não obstante, os mesmos nomes não são igualmente masculinos, femininos ou neutros para todos, gregos e bárbaros – e isso não faz com que uns estejam certos e outros errados. Isso porque cada um trata a palavra conforme estabelecida por imposição (M I 147-149). Aliás, lembra Sexto Empírico, essa diferença existe não apenas entre povos diferentes, mas, também, um mesmo povo emprega os mesmos nomes diferentemente. O que faz com que ele conclua que não é por natureza, mas *por imposição* que o gênero dos nomes é determinado. Sexto resolve que, se o nome não tem seu gênero fixado por natureza, então o critério de correção não é uma regra gramatical técnica, mas a simples observação do uso, não-técnica (M I 149, 153). Essa refutação de Sexto também desmistificaria a crença de que as línguas manteriam uma correspondência primitiva com a razão.

Igualmente quando do debate sobre a oração e suas partes (M I 155-8; cf. tb. M IX 350-351), a questão naturalismo/convencionalismo volta, sendo que agora o aspecto que Sexto Empírico deseja salientar é que, ao se proferir uma oração, todos vão ouvi-la, mas apenas os falantes daquela língua vão entendê-la, bem como suas partes – logo, nem a oração nem suas partes podem ser consideradas sons inarticulados. Blank indica que essa diferenciação tem uma longa herança, como no argumento platônico que distingue *percepção* de *conhecimento*, em que Platão ressalta a habilidade dos falantes de uma língua para se referirem às coisas, e sua inaptidão para entenderem uma língua que não conhecem (*Teeteto* 163b). Essa é, segundo Blank (1998, p.186), a primeira oportunidade que se apresenta a Sexto para discutir o status ontológico do significado

²¹ É o que se depreende da explicação do próprio Epicuro para a origem da linguagem: “Nomes não vieram originalmente a ser por causa de um cunhador, mas a própria natureza do homem recebeu impressões-dos-sentidos (*phantasmata*), que foram afetados em modos que variaram peculiarmente de tribo para tribo, e cada uma das afecções e impressões causaram a eles exalar peculiarmente a respiração, de acordo também com as diferenças raciais de lugar para lugar” (*Hdtm.* 75, *apud* Everson (1994)).

lingüístico. A questão pode ser colocada da seguinte forma: uma oração com significado tem um status ontológico diferente de um mero som verbal, que não significa nada? A resposta estóica afirmava que a oração era uma voz corpórea unida a um dizível inteligível e incorpóreo (M VIII 12). A indignação de Sexto recairá aqui sobre a admissão da co-existência de opostos (corpóreo/incorpóreo).

Ainda sobre a contenda naturalismo versus convencionalismo, enunciada por Sexto Empírico em torno do helenismo, diz ele que, se o critério do helenismo não está na natureza e é estritamente convencional, então o homem que fala bom grego é o que tem mais prática, ou seja, o mais versado no uso comum, e não aquele que entende de analogia (o gramático) (M I 190). Valendo-se do arsenal cético e utilizando a argumentação de seu próprio oponente para desmascará-lo, Sexto diz que, quando se pergunta aos gramáticos por que uma certa forma é a correta, não é raro que eles, de forma um tanto ambivalente, remetam ao uso comum em suas justificativas (M I 198). Segundo Sexto Empírico, a definição de *analogia* pode ser entendida como sendo *a comparação de várias palavras similares*. Acontece que tais palavras são tiradas do uso comum; logo, a analogia se origina a partir do uso comum (M I 199). Assim, Sexto põe de parte a analogia como critério para se falar bom grego, enquanto destaca a utilidade em se observar o uso comum para atingir esse fim. Ele propõe aos gramáticos que considerem o uso para a avaliação do helenismo, o que inutilizaria o papel da analogia. Porém, caso os gramáticos insistam em abandonar o uso, uma vez que a analogia procede dele, eles estarão jogando os dois fora. Além disso, a analogia será totalmente inútil se for discordante do uso, já que será desacreditada pelo estranhamento que irá causar (M I 220).

Mais adiante, Sexto volta a fazer a mesma crítica aos gramáticos (M I 236 ss). Diz ele que, para os gramáticos, *o uso comum é inconsistente e variado, e a analogia é a comparação do similar*. Sendo o similar tomado do uso, e uma vez que o uso é inconsistente e variável, deve-se seguir que a analogia também não tem regras firmes – ou seja, o fundamento analógico da gramática não é sólido, mas assentado em terreno arenoso. Por isso, deve-se desistir da arte da analogia e se voltar ao uso.

Quando o objeto de crítica cética é a analogia, a argumentação pirrônica de Sexto Empírico levanta algumas questões interessantes para este trabalho, como esse problema sempre pronto a ser posto diante dos gramáticos, ainda hoje: sua ambivalência com relação ao *uso*. Eles defendem a analogia em detrimento do uso, mas a analogia mesma vem do uso. Condenam e aceitam, ao mesmo tempo, *tipos* de uso. Os

gramáticos estariam, nas palavras de Sexto, aceitando e condenando a mesma coisa, ora como digna de confiança, ora como indigna, porque ao mesmo tempo em que acusam o uso de ser inconsistente e variável e glorificam a analogia, esta é a comparação de um similar que vem do uso – logo, a analogia também não terá regras tão sólidas quanto os gramáticos desejam (M I 193, 199-201, 236).

A analogia deve ser abandonada porque, uma vez que ela é em última análise derivada do discurso comum, ela também não apresenta critério natural, e é não-técnica. Então, uma conclusão que nos parece importante ressaltar aqui é que, para Sexto Empírico, tanto o helenismo que se baseia na analogia quanto aquele que acorda com a observação do uso não devem ser consideradas *artes*. O uso é um tipo de não-especialidade; se a analogia sempre concorda com o uso, ela também será um tipo de não-especialidade – então ela não tem fundamento e é não-técnica. Ou seja, como ela não tem nenhum *critério natural*, então ela não é técnica. O argumento de Sexto no sentido de que não há um critério natural para se dizer nem o que é bom nem o que é mau grego implica numa não aceitação de critério técnico para o helenismo (M I 187). E se o critério para o helenismo é não-técnico, ele só pode ser o uso comum. Seguir o uso da maioria é a solução que Sexto Empírico apresenta, com o que Blank chama de *argumento pragmático*, em M I 190-6 (1998, p.250). Diz Blank que:

Enquanto a “não-especialidade” (*atechnia*) era um tipo de ignorância para os estóicos, e a acusação de “falta de especialidade” apontava grande incompetência para os praticantes de uma especialidade, a “não-especialidade” era apenas o contrário aceitável da “especialidade” para Sexto (1998, p.215).

A *não-especialidade* é tão-somente o contrário daquilo que é tido como *arte*, segundo Blank, porque Sexto Empírico acredita na prática, no critério prático para dar crédito a formas de conhecimentos – igualmente práticos.

Também podemos pensar na pretensão de universalidade que as especialidades tinham, apontada por Sexto. Pretensão que a gramática compartilha: deseja regras universais para um observador não-universal (M I 89). Por isso, qualquer contra-argumento encontrado a exclui e elimina. Assim, nesse caso, trata-se menos de uma incongruência do cético do que de uma pretensão inalcançável das *technai*.

Como já dissemos, em conformidade com a insistência de Sexto Empírico, em *Contra os gramáticos* ele despreza o ensino gramatical dada sua inutilidade: a gramática é considerada inútil na medida em que o critério de correção do que é considerado bom

grego não está em suas regras normativas, mas no *uso comum*. Assim, diz Sexto, a gramática não pode ser considerada uma arte, uma especialidade – e os gramáticos, para o pirrônico, são *agramaticais* (M I 97-99).

O critério pragmático é, por excelência, o critério pirrônico. Tendo esse critério prático como guia, o cético não é inativo, mas vive sua vida – ainda que ele admita haver um outro critério, o critério de verdade.

Conforme visto, o gramático só pode dispor do uso como critério – que não é fundado naturalmente, o que faz dele um critério não-técnico. Eis o problema que Sexto Empírico apresenta ao gramático: o especialista-gramático quer ver reconhecido o status de arte para a gramática, mas seu objeto não possui um critério técnico.

5.8

Contra a possibilidade de se fazer metalinguagem

O magnetismo que estamos flagrando contemporaneamente entre ceticismo e não-representacionalismo pode resvalar em duas frentes: na afirmação de inexistência das próprias regras da linguagem; ou na certeza pela impossibilidade de se construírem discursos teóricos sobre a linguagem e suas regras (a impossibilidade de metalinguagem). A inexistência de um significado único, essencial para os significantes, pode ser tomada em conexão com a ameaça cética radical de que as palavras nada signifiquem. Por outro lado, a percepção de que o critério está no uso poderia não levar ao ceticismo quanto à significação lingüística, mas com relação à possibilidade de se extraírem regras gramaticais do uso, ou seja, à teorização.

Para entendermos como o pirrônico agiria frente a isso, devemos lembrar o que ficou dito na seção 5.5, quando analisávamos suas várias críticas às definições de gramática: ele afirma não ser possível o conhecimento daquilo que muda e que é ilimitado (como é o caso do uso). De fato, mais uma vez nos deparamos com o argumento de que não há especialidade cujo objeto seja infinito ou esteja constantemente em mutação – “Não há método constituído do qual o objeto seja indefinido” (M I 82) –, agora retomado por Sexto Empírico na discussão em torno da parte histórica da gramática. Diz Sexto que não há conhecimento técnico nem de coisas infinitas nem de coisas que variam de momento para momento. Entretanto, as histórias particulares são tanto infinitas (por causa do seu grande número) quanto variáveis

(porque os mesmos fatos não são lembrados por todos da mesma forma) (M I 259-260). Dessa maneira, o gramático não pode fazer qualquer afirmação sobre o passado.

Infinitude ou deslimite, o fato é que Sexto Empírico já indica o problema mesmo da circunscrição de um objeto para os estudos da linguagem. Recorre bastante também nesse ataque à gramática a idéia de que ela não pode ser concebida uma vez que não é possível o conhecimento do que muda, do ilimitado, do infindável, do indefinido, do indeterminado (como é o caso do uso; por exemplo: M I 66, 81-83, 86, 224 etc.). Saussure resolveu essa questão de forma engenhosa ao separar a *langue*, um sistema de relações, da *parole*, espaço do “ato individual de vontade e inteligência” (1998[1916], p.22). Ainda que sofisticada, a alternativa saussureana ainda parece presa a um modelo representacionista de linguagem, se distanciando das maneiras pragmáticas de seu entendimento, que pretendem estudar não um sistema, mas a própria língua em uso.

A compreensão da língua como língua em uso, além de não se limitar a um sistema determinado – e, nesse sentido, a língua seria ilimitada, infinita –, levanta outro ponto também questionado pelo cético nessa série de objeções às descrições de gramática: a possibilidade (ou não) de conhecimento daquilo que muda. Essa contenda epistemológica, como se sabe, remonta pelo menos ao idealismo platônico e tem o seguinte desdobramento (de maneira extremamente simplificada): tanto o idealista quanto o cético concordam no sentido de que não há conhecimento do que muda; não obstante, a partir dessa premissa, os dois chegam a conclusões diferentes. O idealismo platônico, por exemplo, consegue uma superação da ameaça da impossibilidade de conhecimento: com a sofisticada teoria do mundo das idéias, não há mudança – ou seja, a Verdade é garantida porque *ideal*. O dogmático negativo, ao contrário, reconhece que há mudança e que, portanto, não se pode conhecer nada.

Também devemos lembrar que Sexto Empírico acusa os gramáticos de construírem alguns teoremas universais e, depois, quererem julgar por esses teoremas todas as palavras em particular, quando discursam sobre a *constituição* da gramática (M I 221). Alguns gramáticos, afirma Sexto, dizem que a regra universal é baseada *na maioria dos casos*, o que, para ele, configura-se como uma resposta ainda mais ridícula (M I 225). Sua crítica à afirmação dos gramáticos de que a regra pode funcionar na maioria dos casos faz o seguinte percurso. Em primeiro lugar, Sexto afirma que o universal nunca nos engana, mas o *na maior parte* nos engana ocasionalmente (M I 225). O que Sexto Empírico está dizendo é que a gramática não pode se pretender fixa e universal com o fundamento parcial que possui. Em segundo lugar, ainda que o

universal seja composto de muitas instâncias, não é sempre o caso que a propriedade de muitas palavras seja necessariamente a propriedade de *todas* as palavras com a mesma forma (M I 226).

Essa questão leva a outro problema contemporâneo para os gramáticos: o problema da *generalidade das proposições gramaticais*. Sexto faz críticas aos gramáticos por formularem seus princípios como se houvesse uma estabilidade total na língua (que seria então única, imutável), sugerindo, portanto, que suas regras pudessem ser universais – conforme vimos, a gramática compartilharia com as demais especialidades a pretensão de universalidade de suas regras. No entanto, acreditamos que aqui, como em outros momentos, há que se ressaltar um problema na argumentação de Sexto – e que, acreditamos, reincide em algumas teorias contemporâneas do significado lingüístico, como pode ser o caso de algumas proposições teóricas de inspiração pós-estruturalista. Trata-se da não admissão de *graus*, ou seja, ou bem se tem uma verdade absoluta ou bem se cai num ceticismo que se exime de afirmar qualquer coisa com assentimento. A não aceitação das explicações que se reconhecem parciais, assim, faz com que se exija uma universalidade impossível, porque ideal, irreal. Em não havendo tal universalidade, então o cético não admite nenhuma forma de sistematização, mas tão-somente a suspensão do juízo sobre a possibilidade de se formularem proposições gramaticais.

A não admissão de qualquer sistematização também é anunciada por Sexto Empírico quando ele passa a estudar os *elementos* gramaticais, tangenciando outro problema contemporâneo das gramáticas: a arbitrariedade das divisões, dos sistemas e das regras, isto é, o problema da *classificação*. Trata-se de um problema que mesmo uma perspectiva não-essencialista da linguagem que pretenda alguma sistematização tem de enfrentar.

Sexto descreve, por exemplo, a catalogação das vogais – subdivididas em *longas, curtas* ou *diacrônicas*²² (também chamadas líquidas, ambíguas, variáveis) – e das consoantes – que se contrapõem em *não-vogais* (as modernas *oclusivas*), *semivogais* (*constritivas*) e *duplas*. A crítica reproduzida pelo pirrônico aos elementos diacrônicos (M I 105ss) interessa a este trabalho porque novamente mostra uma tendência de raciocínio, ainda que não seja originalmente sextiano, à conformidade com um pressuposto pragmático de linguagem. Sua análise o leva a concluir, a se admitir

²² Os elementos diacrônicos são, neste contexto, aqueles pronunciados ora como longos, ora como curtos.

essa argumentação, que os elementos diacrônicos por natureza não existem, já que eles dependem da vogal para se decidir se será longa ou curta. Isto é: o elemento é suscetível de ser diacrônico, mas ele não é diacrônico em essência. A título de exemplo, Sexto diz que o elemento é suscetível de ser diacrônico assim como o bronze é suscetível de se tornar estátua – mas, enquanto é apenas suscetível, ainda não é estátua – e a madeira de se tornar um barco – que, enquanto não é barco, é madeira.

Qual efeito em cascata, esse golpe nos elementos da gramática (especialmente nas vogais) atinge a questão da *identidade*. Ou seja, quando em sua argumentação chama a atenção para a arbitrariedade das divisões gramaticais, Sexto Empírico também lembra seu leitor de que, para haver uma teorização, é preciso tratar alguma coisa como *igual* à outra, quando isso, na verdade, é mera abstração arbitrária.²³

Acreditamos ser também a ausência de uma essência que os argumentos utilizados por Sexto apontaram nas vogais diacrônicas. Assim, tem todo cabimento a pergunta do céptico: por que considerar que o alfabeto grego tem 24 elementos e não 60 (M I 14) – que seria o número a que se chegaria, por exemplo, caso se contassem as variantes fônicas de cada vogal e consoante tratadas como *iguais* às outras? É claro que, inversamente, esse número poderia ser menor do que 24. Seria o caso de se considerar bem menos vogais e consoantes do que os gramáticos dizem que há, se seus próprios critérios de classificação fossem vistos sob outro ponto de vista. Isso quer dizer que, já que os gramáticos consideram elementos comuns aqueles de uma mesma potência – como dissemos acima, os gramáticos consideram diacrônicos os elementos que têm em si a suscetibilidade de serem classificados ora de uma maneira ora de outra –, então se poderia fazer maiores abstrações e se chegar a uma conta bastante inferior aos 24 elementos que, dizem, há no alfabeto grego. Isso quer dizer que as vogais podem ser avaliadas de maneiras distintas, de forma a serem em menor ou maior número do que as sete que os gramáticos afirmam haver no alfabeto grego (M I 115).

Outro problema que Sexto Empírico aponta, na seção sobre helenismo, quanto à metalinguagem proposta pelos gramáticos, é o apelo a um recurso ainda comum e

²³ Lembremos de Nietzsche, ao discutir a formação dos conceitos: “Toda palavra torna-se logo conceito quando justamente não deve servir, eventualmente como recordação, para a vivência primitiva, completamente individualizada e única, à qual deve seu surgimento, mas ao mesmo tempo tem de convir a um sem-número de casos, mais ou menos semelhantes, isto é, tomados rigorosamente, nunca iguais, portanto, a casos claramente desiguais. Todo conceito nasce por igualação do não-igual” (1974 [1873], p.56). Para ele, a idéia de que o conceito representaria uma coisa que, por seu turno, seria uma cópia mal feita de um ideal, deve ser completamente demolida: nossos conceitos não provêm da essência das coisas – eles não passam de “*resíduos de uma metáfora*” (Idem, p.57).

motivo de crítica até nossos dias: o discurso autorizado de determinado autor. Naquela ocasião, Sexto lembra a Escola de Píndaro (M I 202), para quem o uso aprovado é que embasa e permite o bom uso da língua – “e o que é aprovado e mais antigo é a poesia de Homero, porque nenhum poema mais antigo do que o dele foi transmitido para nós. Assim, devemos seguir em nosso discurso o uso de Homero” (M I 203). A crítica de Sexto passa pelo debate em torno da querela sobre se Homero é ou não é o poeta mais antigo, oferecendo uma lista de poetas anteriores a ele – lista essa muito comum em seu tempo (Blank, 1998, p.229). Criticando a atitude dos gramáticos, independentemente de Homero ser ou não ser o poeta grego mais antigo, Sexto assevera que Homero seguiu o uso corrente de sua época. Portanto, não se deve (anacronicamente) tê-lo como modelo, mas devemos copiar o uso comum das pessoas do tempo em que se vive (M I 204, 208).

Como num movimento em espiral, novamente nos vemos jogados à questão do uso como critério de correção. A partir do que foi dito, parece-nos que Sexto é descrente quanto à possibilidade de metalinguagem. Ou, pelo menos, sobre a maneira tradicional de se fazer metalinguagem. A resposta de Sexto Empírico à pergunta se acaso é possível falar grego sem o ensino gramatical sobre o helenismo “concerne um ato (...) e não uma abstração” (Dalimier, 1991, p.20; cf. Sluiter, 2000). É uma prática convencional (e útil) que determina a correção da linguagem. É apenas a experiência que pode nos ensinar a nos ajustar às mais variadas situações lingüísticas. Sexto Empírico desconfia totalmente de qualquer teorização, o que abre a possibilidade de chegarmos com ele a um pragmatismo radical, uma vez que não haveria regras gramaticais possíveis de serem extraídas de um fluxo contínuo do uso. Não haveria nada que fundamentasse o uso, de modo que as expressões lingüísticas não possuiriam sequer um traço identitário que permitisse traçar pontes e relacionar umas com as outras. Isso quer dizer que, uma vez que tudo o que se tem é o uso como critério, dele não se poderiam inferir quaisquer regras.

Essa conclusão cética bate de frente com a normatividade da gramática – sobretudo de sua parte técnica. Essa parte não se limita a simples descrição, mas se quer *lei prescritiva*. E é exatamente essa presunção da gramática de distinguir e prescrever o correto do incorreto que merece o desprezo do cético. Dessa forma, ao contrário do que afirmam os gramáticos, a gramática, como se disse, não é técnica (M I 98, dentre outras passagens).

5.9 Por uma metalinguagem mínima: ler / escrever

Já vimos que o tratado de Sexto Empírico confirma a informação de que o gramático fazia as vezes não só de hermeneuta e de crítico (como vimos anteriormente na querela em torno da poesia) como, também, a do nosso contemporâneo historiador. A história era entendida por muitos gramáticos como outra das partes da gramática. Taurisco, por exemplo, discípulo de Crates, subordina a gramática à crítica, e declara que da crítica uma parte é racional, outra empírica, e outra histórica (M I 248). A parte que lida com a dicção e as figuras gramaticais é racional; aquela preocupada com dialetos e diferentes tipos de estilo é empírica; e a que trabalha com material pré-existente é histórica (M I 249). Dionísio Trácio dizia haver seis partes da gramática, entre elas a histórica, de modo que as partes da gramática seriam: “a habilidade de ler alto de acordo com as marcações prosódicas, interpretação de acordo com as figuras poéticas presentes, explicação de palavras e histórias, descoberta de etimologia, cálculo de analogia, julgamento de poemas” (M I 250). Asclepiades diz que as primeiras partes da gramática são três: técnica, histórica e gramatical. Ele subdivide, ainda, a parte histórica em três: *verdadeira* (real), *falsa* (mitos) e *como se fosse verdadeira* (formas tais como a comédia e a mímica) (M I 252). Além disso, da história verdadeira há outras três partes: uma é sobre deuses, heróis e homens notáveis; outra é dedicada a lugares e tempos; e uma terceira é sobre ações. Da história falsa (o mítico) há só um tipo: o genealógico. Por fim, assim como Dionísio, Asclepiades diz que a seção que trata dos provérbios, das definições e de *glosas*, comumente vem sob o signo da parte histórica (M I 253). Mais adiante, Sexto fornece outra classificação bastante parecida com essa. Assim, dos assuntos da história, uma parte seria *história* propriamente dita, outra *ficção* e outra *mito* (M I 263). A história é uma exposição de coisas que são verdade e que aconteceram; a ficção corresponde às coisas que não são eventos reais, mas que são contadas como eventos reais (como as tramas cômicas e mímicas); e, finalmente, o mito é a narrativa de eventos que nunca aconteceram e que são falsos (M I 263-4).

É interessante atentarmos para o fato de que, ao delegar à parte histórica da gramática o ensino das pessoas, dos lugares, das tradições, dos mitos etc., isso quer dizer que, o que é chamado contemporaneamente de *conhecimento de mundo* estava incluso, pelos antigos, na gramática; fato bastante interessante, uma vez que esse tema,

ainda hoje, é problemático para a semântica (cf. Lakoff, 1987; Fillmore, 1982; Rosch et alli, 1976).

A questão da circunscrição freqüenta o horizonte das teorias semânticas uma vez que se pergunte quanto de conhecimento um falante precisa ter para usar uma palavra. Daí a tentativa de circunscrever o que é da ordem da língua – o sentido lingüístico – e o que é externo, paralingüístico – sentido enciclopédico.²⁴

A partir dessas considerações acerca do que é ou não lingüístico na significação da linguagem, podemos voltar ao início deste capítulo e lembrar aquele tipo de gramática do qual não mais se falou, justamente porque Sexto Empírico reconheceu que ela tinha um fim útil à vida cotidiana: a gramática que se presta ao ler e ao escrever. Toda arte deve ser útil e essa gramática é central porque serve à memória. A outra gramática, mais ambiciosa, é aquela cuja inexistência Sexto acredita ter mostrado, valendo-se do arsenal cético. Para Sexto Empírico, como vimos, ainda que esse objeto de estudo dos gramáticos existisse, a gramática não se basearia em fundamentos fortes o suficiente para fornecer critérios críveis para o seu funcionamento – donde sua inutilidade e vacuidade. Não se precisa do ensino do *helenismo* para se falar bom grego.

Aqui também é interessante atentarmos para o fato de que, ainda que Sexto defenda a gramática do ler e escrever, ele não reconhece a necessidade de uma metalinguagem mínima que sustente essa parte aceitável da gramática. Não admitindo, como vimos, qualquer possibilidade de ensino, o cético parece acreditar ou bem que os atos da leitura e da escrita são evidentes – o que os desobrigaria de serem ensinados –, ou bem que não há propriamente um ensinamento, mas um rememoração de tais atividades. De modo que o estatuto que o pirrônico guarda para essa metalinguagem mínima necessária para ler e escrever é incerto e paradoxal – ou, pelo menos, bastante anti-intuitivo para nós, acostumados a entender essas atividades como dependentes de um mínimo que seja de análise lingüística, e não como portadoras de uma auto-suficiência elucidativa. Porque se Sexto Empírico pode defender que o aprendizado da linguagem se dê, conforme foi visto, através de um *tipo geral de habilidade* (M I 294), a

²⁴ Entretanto, a linha demarcatória de que tipo de informação é de ordem lingüística e que tipo é de ordem paralingüística está longe de ser clara. Um dos problemas que se coloca quanto à circunscrição é que, caso se aceite essa divisão entre linguagem e mundo, essa linguagem pressuporia um sentido literal – essencial, absoluto, lógico, compartilhado por todos os falantes daquela língua. Várias teorias tentam dar conta do assunto, como (i) os *frames*, de Charles Fillmore (1982), e os *idealized cognitive models* (ICMs), de George Lakoff (1987), em que haveria uma combinação de conhecimento lingüístico com conhecimento de mundo no uso da linguagem; e (ii) o protótipo do conceito, proposta por Eleanor Rosch et alli (1976), em que haveria um modelo de conceitos estruturados, de forma que haveria membros centrais – ou típicos – de uma dada categoria, e gradações até o menos típico.

aprendizagem da leitura e da escrita parece dependente de um meio de análise, ainda que mínimo, metalingüístico.²⁵

5.10 Hipotiposes de *Contra os gramáticos*

Imaginemos como critério para fins práticos desta tese avaliar tudo aquilo a que Sexto Empírico *não se opõe, não vai contra*. Contudo, seria preciso, antes, ressaltar que essa falta de oposição de Sexto não deveria ser confundida com algum tipo de crença sustentada pelo pirrônico – isto é, dizer que Sexto Empírico não se opõe às propriedades naturais (ver o branco, provar o doce, sentir o calor, perceber um cheiro bom (M I 23)) não significaria dizer que ele *acredita* nas propriedades naturais.

Com essa estratégia de leitura podemos perceber que ele, ainda que com armas afiadas contra a gramática, deixa alguns pontos ilesos. Logo de início, conforme vimos, Sexto Empírico já diz que a gramática como arte da leitura e da escrita é fundamental, uma vez que serve à memória, e de que dela dependem todas as outras artes. Atacar essa gramática, ele próprio reconhece, seria inútil (M I 53).

Uma vez tendo estabelecido contra qual gramática Sexto Empírico se opõe, vimos na seção seguinte deste capítulo que um dos argumentos usados por ele é que o uso da língua nas ciências difere daquele da vida comum. Aqui se poderia vislumbrar uma tendência para uma visão representacionista de linguagem: de um lado teríamos a língua cotidiana e, de outro, uma fatia da linguagem especializada (seja médica, filosófica, etc.). Assim, diz Sexto, o gramático-hermeneuta teria de entender *as palavras e/ou as coisas por detrás delas* (M I 300). Ao mesmo tempo, esse mesmo argumento pode ser entendido pragmaticamente – e então Sexto Empírico estaria enfatizando as *variações lingüísticas* do uso comum da linguagem (M I 232-3). Acreditamos que deva ser essa a melhor interpretação quando o pirrônico sugere que o falante deve se adaptar a cada circunstância (M I 235).²⁶ Outro argumento visto então e que poderia pender para a concepção representacionista da linguagem estaria quase no fim do tratado, quando Sexto Empírico fala que o poema *claro* é o melhor poema, sublinhando a partir daí a desnecessidade do gramático, já que uma interpretação (única) já seria algo dado *no*

²⁵ Nesse caso, parece-nos convincente a acusação feita por Glidden de que o argumento sextiano pela impossibilidade do aprendizado, presente tanto nas *Hipotiposes* quanto em *Adversus Mathematicos*, se mostra, à revelia do cético, um argumento falho (1983, p.215).

²⁶ Voltaremos a esse ponto no próximo capítulo.

poema (M I 319). A questão de uma interpretação única, certa, verdadeira poderia ser, de fato, um nó conceitual caso se constituísse uma defesa de um ponto de vista. Mas antes de qualquer coisa, temos de lembrar aqui que o anacronismo, nesta tese, está sendo conscientemente praticado. Apenas mais de dois mil anos depois é que uma concepção de interpretação levando em conta o leitor, como é a chamada *estética da recepção*, por exemplo, será levantada e defendida por teóricos da literatura. Assim, o que temos nos textos de Sexto Empírico é ainda uma idéia não apenas textual da interpretação de textos, mas mesmo intencionalista, quando o pirrônico questiona se o gramático-hermeneuta seria alguma vez capaz de ter acesso à interpretação desejada pelo autor da obra (M I 320).

Considerando que as informações levantadas naquela seção são argumentos utilizados por Sexto que, na maioria das vezes, não compreendem uma defesa pirrônica, mas, antes, correspondem a argumentos dogmáticos que o cético toma emprestado para mostrar como eles são falíveis, pensamos que se deve ter muito cuidado na avaliação das informações ali presentes para afirmar que tal ou qual perspectiva de linguagem anima Sexto Empírico, em *Contra os gramáticos*.

Então passamos para a seção seguinte, onde o resultado de nossa investigação foi mais interessante. Porque indo contra os gramáticos, o cético afirma que as regras da língua devem ser estabelecidas pelo uso comum, e não por regras gramaticais (M I 191). As regras dos gramáticos se querem universais, e Sexto Empírico se coloca contra esse método da gramática de *universalizar* regras a partir de alguns casos particulares (M I 221-225). Ao mesmo tempo, cabe ainda lembrar, a observação do uso comum não constitui uma *technê* (M I 153). Assim, uma perspectiva pragmática de linguagem se ligaria bem ao pensamento cético na medida em que o uso comum se configura como um critério prático de correção para os falantes. Recorrendo mais uma vez a nosso objeto de comparação, temos que:

Por que não chamo às regras de cozinha arbitrárias e sou tentado a chamar às regras de gramática arbitrárias? Porque ‘cozinhar’ se define pelo seu fim, enquanto ‘falar’ não. Por isso, o uso da linguagem é autônomo num certo sentido em que cozinhar e lavar não são. Cozinhas mal, se te guiares por regras que não são as corretas; mas se seguires regras que não são as do xadrez estás a *jogar outro jogo*; e se seguires outras regras gramaticais que não sejam tais e tais, nem por isso dizes algo de errado, mas estás a falar de outra coisa (*Fichas (Zettel)* § 320).

As regras para o uso da linguagem, como vimos segundo a perspectiva wittgensteiniana de linguagem, são práticas: seguir uma regra é um ato cuja correção está no próprio seguimento de regra. Se acaso determinado uso será aceito ou não é questão a ser decidida pragmaticamente, por critérios públicos de aceitação e recusa.

Encontrado então um critério prático de correção, vimos que, algumas vezes, Sexto Empírico levanta questões gerais, e não apenas específicas à gramática, e que tais idéias acabam por afetar o campo da linguagem. É o caso de sua afirmação de que não existe coisa *por natureza* de determinada maneira – tudo sempre depende do *contexto*. Nesse caso, concordamos com Desbordes (1982) em que Sexto não se limita a criticar, mas que ele também defende algumas posições, como sua defesa de que a língua não é natural, mas convencional (exs. M I 145, 148-149 etc.). Ele também defende o *uso comum* em várias passagens de *Contra os gramáticos*. Uma dessas passagens está na sua discussão sobre o helenismo. Lá, ele afirma que o uso comum da maioria é *útil*: a língua é a da *maioria*, e não de um só (ex. M I 188). Sexto Empírico por fim aborda as questões da identidade e da falta de fundamentação essencial das evidências – em outro exemplo, ele afirma que para existir a esquerda é preciso que exista a direita (M I 135).

Desse modo, podemos reconhecer mais uma vez que o critério de correção do helenismo, segundo Sexto Empírico, deve ser o uso comum (em oposição à analogia defendida pelos gramáticos). A esse critério pragmático do pirrônico se opõe o critério de verdade dos dogmáticos – esse assunto é muito importante e ainda voltará no capítulo seguinte.

Ligada ao problema do critério de correção do helenismo está a atitude de Sexto Empírico em relação à metalinguagem. Como desde o início Sexto se coloca contra os gramáticos, poderíamos já imaginar que ele se colocava também contra a gramática. Já vimos que isso é verdade no que tange a um tipo de gramática, a que se pretende arte. De fato, constitui ponto interessante a insistência com que o cético afirma a não tecnicidade da gramática (ex. M I 98). Daí resulta ainda outro ponto que ele não se cansa de enfatizar: a questão da inutilidade da gramática. A gramática é inútil, porque o critério para se falar bom grego está no uso, bastando então que se observem e que se sigam os falantes de grego. Como o uso é um critério não-técnico, não pode ser teorizado. Dessa forma, podemos concluir que a linguagem é para ser *usada* conforme for observada. A irritação de Sexto Empírico para com os gramáticos é que eles querem teorizar o que faz parte da vida, e que deve ser deixado como está: a linguagem comum. Os gramáticos querem fazer de seu ofício uma arte, quando ela é inútil, porque qualquer

falante de grego sabe melhor se adaptar a cada situação lingüística do que as regras gramaticais, que não são maleáveis e que não se enquadram em todas as manifestações que se nos apresentam pela vida cotidiana.

De modo que podemos nos questionar sobre qual o lugar que ocupa a linguagem nos assuntos humanos, para Sexto Empírico. Do que foi visto até aqui, podemos já arriscar uma resposta a essa pergunta. Por um lado, há a defesa cética do uso comum, quer dizer, a linguagem não é mera abstração fora de nossas vidas, mas só significa pragmaticamente. Ao mesmo tempo, à linguagem não é reservado um lugar privilegiado na medida em que ela é importante até onde ela é útil. Ou seja, esse pragmatismo deve ser atrelado a uma necessidade de que a linguagem funcione como uma moeda corrente, como um *instrumento* para ler e escrever etc.

Por fim, podemos dizer por enquanto que a *observação das regras da vida e das coisas aparentes* defendida pelos pirrônicos seria o *equivalente*, em *Contra os gramáticos*, a privilegiar a observação da língua tal como é utilizada. Daí a revolta de Sexto Empírico e sua oposição aos gramáticos que querem teorizar o uso, aquilo que não deve ser teorizado. Assim, o que ele defende, coerentemente com seu modo de filosofar pirrônico, é *a língua da vida comum*.

Acreditamos ter, por ora, enfatizado suficientemente o movimento espiralado que o texto de Sexto Empírico impõe a seus leitores. Tomando emprestado os argumentos dos dogmáticos para refutá-los com suas próprias palavras, Sexto por várias vezes segue um raciocínio de vetor representacionalista, parecendo muitas vezes endossá-lo, como por exemplo: (i) na rejeição da tese de que a visão convencionalista de linguagem possibilitaria que o discurso fosse um meio para o ensino, o que sugere que os significados são elementos cristalizados representados pela linguagem, cujo entendimento depende da capacidade de se associar esses elementos aos nomes, lembrando o que já se sabia; (ii) no argumento de que toda obra literária se constitui por palavras que se referem a realidades e pelas próprias realidades referidas, de modo que o gramático deve ter conhecimento ou das palavras, ou das realidades a que se referem, ou de ambas; (iii) no apontamento de que deve haver apenas uma interpretação certa, subjacente, na letra de cada obra literária.

Mas essa inclinação representacionalista coincidiria com a defesa resoluta de um critério pragmático: o princípio norteador do helenismo deve ser o *uso comum*. Conforme vimos, o critério cético é o critério de ação, prático. Assim, Sexto Empírico estaria sendo perfeitamente coerente ao modo de filosofar pirrônico, que se guia pela

vida comum e cujo critério não é o da verdade, mas o prático, pragmático – no caso da linguagem, o uso corrente dos falantes de uma língua. Dessa maneira, uma hipótese que – dogmaticamente, talvez – poderíamos aventar é se a concepção de linguagem que Sexto deve pressupor é representacional, enquanto seus critérios, sua argumentação seriam pragmáticos. Mas, como dissemos, é uma *hipótese dogmática* – o que seria, aliás, um pleonasma para um pirrônico. Ainda mais quando já dissemos que muitos dos argumentos utilizados pelo cético não são ratificados por ele, mas apenas usados para mostrar seu ponto: que seus interlocutores, os gramáticos, estão errados.

Apostamos que o exame a ser realizado no capítulo seguinte, qual seja, o paralelo possível entre *vida comum* e *linguagem comum*, como se vai ver, abrirá outras fendas e, esperamos, trará respostas mais claras a nossas perguntas. Investigaremos também o que Sexto Empírico podia querer dizer com *uso comum da linguagem*, fazendo um paralelo com a perspectiva do uso comum presente no segundo Wittgenstein, o das *Investigações filosóficas*.